

LULA VETA DEVASTAÇÃO



Vetos de Lula à Lei Geral do Licenciamento Ambiental, conhecido como PL da Devastação, preservam biomas, garantem direitos de comunidades tradicionais e reforçam segurança jurídica; novo projeto e MP da LAE modernizam e unificam regras

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 12 de agosto de 2025 Nº 202

Vetos de Lula ao PL do licenciamento reforçam proteção ambiental e segurança jurídica

Tarifaço de Trump enfraquece presidente dos EUA e fortalece Lula, diz especialista

José Dirceu: “O país vai se defrontar com a sua própria história”; leia entrevista

Ataques a jornalistas em Gaza agravam crise humanitária; mundo começa a reagir

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,
Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre
Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Ára-
be, Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana
Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton
Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura
Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de
Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de
Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando
Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes,
José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís
Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges
Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges
Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,
Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes,
Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto,
Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo
(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína
Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),
Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio
Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça
Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida
da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

**Já está disponível para compra o novo livro do
jornalista e dirigente político Alberto Cantalice.**

Intitulada Qual socialismo? A busca incessante por uma nova
utopia, a obra faz uma análise profunda sobre os caminhos da
esquerda no Brasil e no mundo, resgatando experiências históricas
e propondo reflexões para o futuro do campo progressista.



Publicado pela Hucitec Editora, o livro pode ser
adquirido diretamente no site da editora e na Amazon.

»» PROGRAMA Reconexão Periferias

exibido quinzenalmente, às
terças, 17h no canal da FPA

▶ ACOMPANHE : ▶ /FundacaoPerseuAbramo



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores





Proteção garantida

Vetos de Lula à Lei Geral do Licenciamento Ambiental preservam biomas, asseguram direitos de comunidades tradicionais e reforçam segurança jurídica; novo projeto e MP da LAE modernizam e unificam as regras. **pág. 04**

CAPA

Vetos de Lula ao PL do licenciamento reforçam proteção ambiental e segurança jurídica; governo envia projeto ao Congresso

pág. 04

BRASIL

O pobre no orçamento público foi o que tirou o país do Mapa da Fome, afirma Secretária

pág. 08

CNH Social: governo garante habilitação gratuita para inscritos no CadÚnico até 2028

pág. 13

Segurança pública é também uma pauta municipal, por Letícia Delgado

pág. 15

ENTREVISTA

José Dirceu - “O país vai se defrontar com a sua própria história”

pág. 17

ECONOMIA

Inflação desacelera em julho com alimentos mais baratos pelo segundo mês seguido

pág. 25

POLÍTICA

Presidente da Câmara encaminha pedidos de afastamento de 14 deputados da oposição por participação em motim; jurista vê risco e defende punição

pág. 27

Tarifaço de Trump enfraquece presidente dos EUA e fortalece

Lula, diz especialista

pág. 30

Lula vai enviar ao Congresso projeto de lei para regulamentar redes sociais

pág. 32

ARTIGO

O 8 de Janeiro dos engravatados

pág. 33

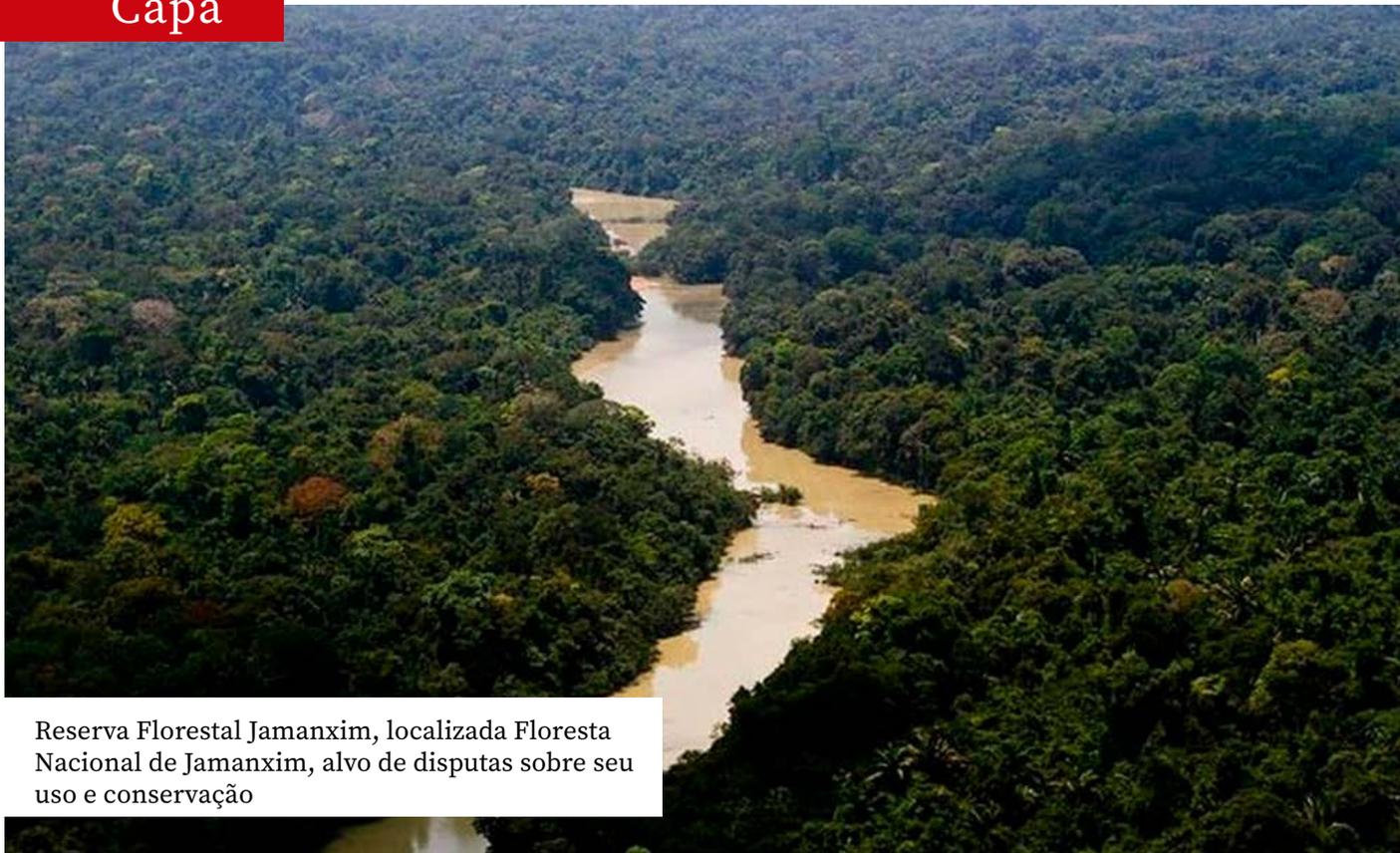
INTERNACIONAL

Ataques a jornalistas em Gaza agravam crise humanitária; mundo começa a reagir

pág. 34

Austrália reconhecerá Estado palestino na ONU em setembro, anunciou primeiro-ministro

pág. 35



Leonardo Milano/ICMBio

Reserva Florestal Jamanxim, localizada Floresta Nacional de Jamanxim, alvo de disputas sobre seu uso e conservação

Vetos de Lula ao PL do licenciamento reforçam proteção ambiental e segurança jurídica; governo envia projeto ao Congresso

Vetos de Lula à Lei Geral do Licenciamento Ambiental, que ficou conhecido como “PL da Devastação” preservam biomas, garantem direitos de comunidades tradicionais e reforçam segurança jurídica; novo projeto ao Congresso busca modernizar e unificar regras

Redação Focus Brasil*

“Economia e ecologia devem ser parte da mesma equação”. Com essa afirmação, a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, sintetizou o espírito da decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao sancionar a Lei Geral do

Licenciamento Ambiental com 63 vetos e enviar propostas ao Congresso.

A decisão de Lula, muito aguardada por movimentos sociais ligados à luta ambiental, foi construída a partir de intensa análise técnica e política, envolvendo uma discussão interministerial, e é apontada pelo governo como crucial para preservar salvaguardas ambientais, garantir

segurança jurídica e modernizar o processo de licenciamento no Brasil.

Ao apresentar as diretrizes, Lula destacou que a decisão não se limita a cortar excessos, mas a assegurar que o licenciamento seja “célere, eficiente e responsável, sem abrir mão da proteção ambiental, dos direitos das comunidades tradicionais e da previsibilidade necessária aos investi-

mentos”.

Segundo Marina Silva, “esse diálogo constante com o Congresso Nacional deve nos levar a um marco que inaugure um novo ciclo de prosperidade, onde a economia não brigue com a ecologia”.

O alcance político e ambiental da decisão

Os vetos têm quatro fundamentos centrais: proteger a integridade do processo de licenciamento, assegurar os direitos de povos indígenas e comunidades quilombolas, oferecer segurança jurídica a empreendimentos e investidores e incorporar inovações que tornem o licenciamento mais ágil sem perda de qualidade.

O governo ressalta que a nova lei nasce mais sólida e equilibrada, alinhada à Constituição, à Política Nacional de Meio Ambiente e à Lei Complementar 140 (lei san-

**Decisão preserva
a Mata Atlântica,
direitos
indígenas e
quilombolas,
regras nacionais
e condicionantes
para impactos
diretos e
indiretos**

cionada em 2011 que fixa normas sobre a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas relativas à proteção do meio ambiente).

Além da sanção parcial, Lula anunciou o envio ao Congresso de um novo projeto de lei, com urgência constitucional, propondo redações ajustadas para pontos considerados essenciais. O objetivo é evitar lacunas regulatórias e reforçar a unidade de critérios nacionais, ao mesmo tempo em que se preservam avanços trazidos pelo texto aprovado pelo Parlamento.

Também foi editada uma Medida Provisória que dá eficácia imediata à Licença Ambiental Especial (LAE), instrumento destinado a empreendimentos estratégicos definidos pelo Conselho de Governo, garantindo prioridade na



análise e equipe dedicada desde já, sem aguardar o prazo de seis meses previsto originalmente.

O governo também disponibilizou uma apresentação oficial que explica os principais pontos modificados, que pode ser consultada no portal do Palácio do Planalto: acesse aqui.

Vetos de Lula: o que muda na prática

Entre os principais pontos alterados, está a restrição da Licença por Adesão e Compromisso (LAC) apenas a empreendimentos de baixo potencial poluidor. Foi vetada a ampliação para atividades de médio risco, como barragens de rejeitos, que, no entendimento do Executivo, não podem prescindir de análise técnica rigorosa.

Outro veto importante impede a fragmentação de critérios entre entes federativos, preservando padrões nacionais para porte, potencial poluidor, tipologias e modalidades de licenciamento.

“A descentralização ampla poderia estimular uma competição antiambiental, prejudicando a proteção e criando instabilidade regulatória”, destacou Marina Silva. O texto também garante a preservação da Lei da Mata Atlântica, vetando a retirada de seu regime especial de proteção. “Com apenas 24% de vegetação nativa remanescente, não há margem para retrocessos”, afirmou a ministra.

Proteção de direitos e prevenção de conflitos por territórios

Para assegurar a consulta a povos indígenas e comunidades quilombolas, o governo vetou dispositivos que restringiam a participação de Funai e Fundação Palmares apenas a territórios já reconhecidos, o que excluiria comunidades em processo de regularização.

“Essa salvaguarda evita conflitos

Novo projeto de lei será enviado com urgência constitucional para corrigir lacunas e reforçar critérios nacionais de licenciamento

tos e garante a participação social em decisões que impactam modos de vida e territórios tradicionais”, explicou Miriam Belchior, Secretária Executiva da Casa Civil da Presidência da República.

Também caiu a dispensa de licenciamento para imóveis rurais com Cadastro Ambiental Rural (CAR) pendente. A isenção só valerá para propriedades já analisadas pelos órgãos ambientais, evitando que áreas com passivos ambientais escapem da fiscalização.

Licenciamento mais completo e responsável

Outro ponto relevante foi a manutenção das condicionantes e compensações para impactos diretos e indiretos. O texto aprovado pelo Congresso limitava a aplicação dessas medidas apenas a impactos diretos, mas o governo restabeleceu a possibilidade de exigir mitigação também quando houver efeitos sobre serviços pú-

blicos ou danos indiretos.

No caso de Unidades de Conservação, foi mantido o caráter vinculante da manifestação técnica dos órgãos gestores quando o empreendimento afetar a unidade ou sua zona de amortecimento.

A Licença Ambiental Especial foi preservada, mas sem o modelo monofásico, que permitiria conceder todas as licenças de uma vez só. Segundo o governo, esse formato exigiria dos empreendedores altos investimentos antes de comprovar a viabilidade ambiental, aumentando riscos de judicialização.

Por fim, foi restabelecida a responsabilidade das instituições financeiras na concessão de crédito para empreendimentos com potencial impacto ambiental, condicionando o financiamento à apresentação de licenciamento válido.

Avanços preservados e novo projeto

O governo manteve pontos importantes do texto aprovado pelo Congresso, como a consolidação de normas antes dispersas, a definição de prazos para análise dos processos e o aumento da pena para atividades sem licença.

O novo projeto a ser enviado ao Legislativo garantirá parâmetros unificados para aplicação da LAC e reforçará critérios técnicos. “O presidente destinou cinco horas de reunião para discutir o tema com os ministérios. Isso mostra o peso da decisão e o compromisso com um licenciamento responsável”, informou Miriam Belchior.

Segundo Lula, a expectativa é que a Lei Geral do Licenciamento Ambiental seja um marco capaz de “modernizar, desburocratizar e simplificar, sem abrir mão das salvaguardas essenciais, conciliando proteção ambiental, segurança jurídica e prosperidade econômica”. ■

Com informações do Planalto e do Canal Gov

Pontos centrais dos vetos presidenciais

- 1 LAC restrita a baixo potencial poluidor** – Fim da possibilidade de licenciamento simplificado para atividades de médio risco, como barragens de rejeitos.
- 2 Critérios nacionais unificados** – Estados e municípios devem seguir parâmetros federais, evitando competição ambiental negativa.
- 3 Proteção da Mata Atlântica** – Mantido o regime especial para evitar supressão de floresta nativa.
- 4 Consulta a indígenas e quilombolas** – Preservada a participação da Funai e Fundação Palmares, incluindo territórios em regularização.
- 5 Fim da dispensa de licenciamento com CAR pendente** – Isenção só para imóveis com cadastro analisado.
- 6 Condicionantes para impactos diretos e indiretos** – Garantia de medidas para mitigar danos ambientais e sobre serviços públicos.
- 7 Unidades de Conservação protegidas** – Caráter vinculante mantido para manifestações técnicas dos órgãos gestores.
- 8 LAE sem processo monofásico** – Evita antecipação de custos e insegurança jurídica.
- 9 Responsabilidade de instituições financeiras** – Crédito condicionado ao cumprimento da legislação ambiental.

Fonte: Governo Federal – Apresentação oficial sobre o PL do Licenciamento Ambiental.



Acesso a refeições de qualidade é prioridade no Plano Brasil Sem Fome, que articula ações para garantir alimentação saudável a toda a população.

Agência Brasil

O pobre no orçamento público foi o que tirou o país do Mapa da Fome, afirma Secretária

Luiza Trabuco, Secretária de Combate à Pobreza e à Fome, do MDS, destaca que a marca alcançada em governos petistas só foi possível devido a um conjunto robusto de políticas públicas articuladas a partir de vontade política

Claudia Rocha

No final de julho, o Brasil recebeu a notícia de que deixou oficialmente de figurar no Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a FAO. O feito ocorreu pela segunda vez, já que, em 2014, o país também deixou de amargar esse triste índice que, fora dos governos progressistas, costuma ser regra.

Integrante do Ministério do

Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, a Secretária de Combate à Pobreza e à Fome, Luiza Trabuco, afirma que o sucesso foi alcançado a partir da reconstrução de uma rede de políticas públicas combinadas, que foram sucateadas a partir de 2016 e desmontadas por completo no governo de Bolsonaro.

A Secretária destaca que mais de 60% das pessoas em risco de insegurança alimentar no Brasil estão localizadas em 500 municípios. Nas capitais e em cidades de médio porte, boa parte no Norte e no Nordeste. E que a partir des-

sa identificação, a segunda etapa do programa Brasil Sem Fome vai aplicar um protocolo, em uma busca ativa das famílias que ainda seguem sem assistência. Confira a entrevista:

- Ao anunciar a saída do Brasil do Mapa da Fome, o presidente Lula demonstrou uma felicidade genuína e declarou que essa pauta é na verdade uma missão de vida. Como você avalia o impacto da obstinação do presidente nas políticas públicas nesse assunto?

- Sim, essa questão do combate à fome é uma obstinação

de vida do presidente. Ele esteve na última plenária do CONSEA [Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional] em um momento muito emocionante de comemoração e de celebração, e ele falou uma coisa que eu acho que dá para a gente entender essa obstinação dele, né? Da diferença que faz estar no poder quem já passou fome. Então, é uma experiência de vida que ele traz em um nível de empatia com as pessoas que passam essa dificuldade que é muito rara. A gente precisa de mais líderes com essa origem popular e esse conhecimento muito profundo sobre os problemas do povo. Eu acho que isso é que explica essa obstinação do presidente. E isso aparece desde o primeiro mandato dele, né? Na verdade, o presidente Lula encampou a proposta de uma política nacional de segurança alimentar que foi produzida na época pelo Consea, ainda no período do Itamar Franco. Então, ele já traz esse projeto, do Fome Zero, antes mesmo de assumir a presidência da República em 2003. E o Fome Zero foi implementado com esse modelo, que é referência para o mundo, de integração de políticas públicas para garantir o direito humano à alimentação, com essa compreensão de que para garantir acesso a gente precisa de políticas que possam tanto aumentar a produção e a disponibilidade de alimentos, quanto também ampliar a capacidade das pessoas de terem acesso a esses alimentos a partir de políticas que ampliam a renda, que garantam o acesso das pessoas aos sistemas de direitos. Porque esse conjunto de condições é que fazem as pessoas poderem ter acesso de uma forma regular e permanente aos alimentos. Então, esse é o modelo que foi proposto desde o primeiro mandato do presidente Lula, seguiu no segundo, e depois no mandato

da presidenta Dilma.

- E foi descontinuado após o golpe...

- Sim, quando esse modelo foi desmontado em 2016, o Brasil voltou ao mapa da fome. E a gente chegou no pico em 2022, com 33 milhões de pessoas passando fome, segundo dados de uma pesquisa feita pela sociedade civil, por uma rede de pesquisadores, porque essa também foi mais uma das demonstrações de descaso do governo Bolsonaro em relação à fome no país, além dele negar que existisse fome, ele, interrompeu as pesquisas oficiais que monitoravam a segurança alimentar, que eram realizadas pelo IBGE. E foi por isso que a rede PENSSAN [Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional] realizou esse inquérito e foi importante porque evidenciou o que a gente via nas ruas, toda a questão da fila do osso, enfim.

- E como isso funcionou durante o período de transição do governo Lula 3? Quais políticas foram desenhadas já naquele momento?

- Acho que durante a eleição isso já se colocou como uma prioridade para um futuro governo do presidente Lula e logo no início, uma das primeiras medidas que o presidente fez foi retomar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional [SISAN], que foi um sistema criado lá em 2006 por ele. A gente produziu dois planos nacionais de segurança alimentar [nos mandatos anteriores, Lula/Dilma], e em função desses planos, desse conjunto de políticas integradas, é que a gente saiu do mapa da fome com programas como PAA [Programa de Aquisição de Alimentos], com as melhorias que foram feitas na alimentação escolar, inclusive,

incluindo a possibilidade de compra de alimentos da agricultura familiar. Os planos safras da agricultura familiar. Então, esse sistema que produziu isso, que produziu essas políticas integradas para a saída do Brasil do mapa da fome, foi desmontado no governo Bolsonaro quando ele extinguiu o CONSEA. Então, com a extinção do CONSEA não foi possível fazer a conferência, e o Brasil ficou sem um plano, porque a partir da conferência que, de forma participativa, são definidas as diretrizes e as prioridades para o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Então, o Brasil ficou sem um Plano de Segurança Alimentar de 2019 a 2022, exatamente nesse período em que as políticas foram desmontadas. Além disso, a gente teve uma política econômica de austeridade que gerou muita pobreza e desigualdade. Então, quando o presidente Lula assume, a gente já retoma esse sistema de forma muito imediata com a reinstalação do CONSEA, com a estruturação de uma Câmara Interministerial que reúne 24 ministros, e foi essa articulação que elaborou o Plano Brasil Sem Fome.

- Comenta um pouco sobre as diretrizes do Plano Brasil Sem Fome...

- Esse Plano Brasil Sem Fome tem cerca de 80 programas deses 24 ministérios e é estruturado em três eixos. O primeiro eixo é garantir acesso à renda e políticas públicas. E eu posso destacar como uma das medidas fundamentais a valorização do salário mínimo que garantiu uma capacidade maior de renda, sobretudo, porque também houve um controle da inflação de alimentos. A gente teve uma inflação de alimentos em 2023 de 1%. Em 2024, teve um crescimento no final do ano de 7%, isso é bem mais abaixo de



Luiza Trabuco, Secretária de Combate à Pobreza e à Fome, ressalta que políticas integradas e vontade política foram decisivas para tirar o Brasil do Mapa da Fome.

todos os anos anteriores, inclusive do ano de 2011 quando a inflação de alimentos chegou a 11%. Com a valorização do salário mínimo, com o novo Bolsa Família que, não só tem o valor de R\$ 600, mas tem um conjunto de benefícios variáveis, como o benefício de primeira infância que transfere R\$ 150 para cada criança de 0 a 6 anos que tem dentro da família, já que as pesquisas mostram que os domicílios que tem presença de crianças de 0 a 6 anos estão mais vulneráveis à insegurança alimentar. A gente tem aí também, nesse primeiro eixo, todo o trabalho que foi feito de busca ativa para trazer para dentro do Cadastro Único, que é o cadastro

que dá acesso aos programas sociais do Governo Federal, públicos mais vulneráveis, as famílias de povos indígenas, quilombolas e pessoas em situação de rua. Destaco ainda o programa das Cozinhas Solidárias, que foi um programa novo. O segundo eixo são os esforços feitos para ampliar a produção e o consumo de alimentos saudáveis. E aí dentro desse eixo a gente tem os planos Safras da agricultura familiar, que nós tivemos dois planos recordes de investimentos. A gente teve a retomada e expansão do programa de aquisição de alimentos. Teve o reajuste do valor que é repassado pelo Governo Federal aos estados e municípios para aquisição da alimentação escolar. A retomada de programas como os das cister-

nas, o fomento rural e a implantação de novos programas como o Alimenta Cidades e o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Então, nesse conjunto de programas é que a gente tem um aumento da disponibilidade de alimentos para as pessoas, e também condições para que elas acessem não só comer de qualquer comida, mas alimentos saudáveis, né? E, por fim, no terceiro eixo, a grande estratégia era o fortalecimento desse Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, fazendo com que mais municípios implantem essas mesmas estruturas que a gente tem aqui no Governo Federal porque são essas estruturas que dão condição para que essa articulação de políticas aconteça. Nós investimos muito para consolidar isso porque vimos que o retrocesso que ocorreu foi muito em função do desmonte desse sistema.

- O Brasil saiu do Mapa da Fome duas vezes, ambas nos períodos dos governos petistas. Como você enxerga esses dois momentos? Quais as diferenças dos trabalhos nesses dois períodos: após o auge da política neoliberal dos anos 90 e com o contexto da pandemia agravada com Bolsonaro no poder?

- A primeira vez para sair do mapa da fome, a gente demorou 11 anos. E aí tem a ver com um processo cumulativo, né? De construção dessa política de segurança alimentar, de um estado de bem-estar social, com uma política econômica mais inclusiva, com um conjunto de medidas que tornaram a sociedade brasileira mais inclusiva. E aí a gente tem muitas coisas no campo da educação que refletem na renda das pessoas, o ProUni e outros programas. Então, tem muito a ver com a decisão que o Lula sempre diz de botar o pobre no orçamento.

Quando a gente põe o pobre no orçamento, investe orçamento em políticas públicas, a gente tem um resultado muito concreto nas condições de vida das pessoas. A gente tinha uma situação muito grave em termos de fome no país, em 2002, dizia-se que tínhamos 54 milhões de brasileiros passando fome. No período de Fernando Henrique, houve uma política que impactou muito a questão do acesso à alimentação, porque estimulou muito as exportações. Levamos 11 anos de estruturação dos sistemas que comentei. Muita gente acredita que a reversão do gráfico foi durante a pandemia, mas, na verdade, começamos a ver o aumento da fome já a partir de 2017, com o desmonte das políticas. Com a gestão do governo Bolsonaro a situação se aprofundou de forma muito acelerada. Então, eu acho que a gente precisa olhar para trás e observar primeiro o que é que fez o Brasil sair do mapa da fome e a gente compreende que é uma política econômica inclusiva. Neste governo, a renda dos mais pobres cresceu três vezes mais do que a renda geral dos brasileiros. Para dar um exemplo, em 2023, o crescimento da renda dos brasileiros foi de 11% da renda do a renda dos mais pobres cresceu 38%. O que a gente precisa fazer para manter o Brasil fora do mapa da fome é fortalecer essas políticas públicas nesses sistemas, como o SUAS [Sistema Único de Assistência Social], o SUS [Sistema Único de Saúde] e o SISAN [Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional], manter as condições de orçamento de execução dessas políticas. A gente não acabou com a fome no país, a gente tirou do mapa da fome porque temos menos de 2,5% da população em estado de subalimentação, mas a gente ainda tem pessoas

passando fome e o presidente Lula nos determinou que a gente desenvolva uma estratégia para chegar nessas pessoas que a gente ainda não chegou. Eu acho que o que fez a gente conseguir sair do mapa da fome a primeira vez e sair agora foi a escolha acertada do povo brasileiro que trouxe de volta para a direção do país esse projeto político. E acho que uma coisa que pode nos ajudar a não retroceder nesse ponto é o trabalho de capilarização do SISAN nos

Plano Brasil Sem Fome reúne cerca de 80 programas de 24 ministérios para ampliar renda, produção e acesso a alimentos saudáveis

municípios.

- Não é rara a abordagem da dicotomia do Brasil ser um grande produtor de alimentos e amargar com índices relacionados à fome. Como você avalia esse ponto?

- Não dá para falar nada sobre o Brasil sem ter como filtro a questão das desigualdades, né? Porque é ela que ajuda a explicar o cenário que a gente tem. Então,

com relação ao acesso à alimentação é a mesma coisa. A gente vê nos dados do acesso à alimentação, quem passa fome, quem consegue comer bem, quem não consegue comer bem, quando a gente olha quem são essas pessoas, são pessoas pretas, são pessoas periféricas, são pessoas de regiões que não tiveram historicamente investimentos públicos e, por isso, têm um um nível de desenvolvimento menor do que outras regiões. Então, as desigualdades estão ali impressas, né, no acesso à alimentação também. O problema da segurança alimentar, da garantia da alimentação, não é um problema de disponibilidade, não é um problema de produção. É muito mais um problema de acesso. É muito mais um problema das condições das pessoas de acessarem esses alimentos que estão disponíveis. Então, por isso é que eu acredito que haja tanta instabilidade, digamos assim, e é por isso que as políticas públicas são muito decisivas para garantir ou não condições de acesso da população brasileira aos alimentos.

- A gente sabe que há uma relação direta entre alimentação e índices de aprendizagem escolar, por exemplo. Nesse sentido, qual a importância de uma população bem alimentada?

- Isso é bem importante porque essa política toda, todo objetivo dela é garantir um direito que tá lá na Constituição, no artigo sexto, que é o direito à alimentação. Exatamente por compreender que ele é um direito básico para que as pessoas tenham condições de se desenvolver na vida. Condições de terem melhor aprendizado, condições de uma melhor condição de saúde, mais disposição para o trabalho, e, principalmente, no desenvolvimento infantil. A qualidade da alimentação é fun-

damental para o desenvolvimento nessa etapa da vida. É por isso que a qualidade da alimentação escolar é tão fundamental para a política de segurança alimentar. E realmente são muitos impactos e acho que a gente tem poucos estudos ainda sobre esse ponto.

Na semana passada, o ministro Wellington Dias foi ao programa Bom Dia, Ministro e falou que o Governo Federal está em preparativos para a segunda etapa do programa Brasil Sem Fome. Você pode detalhar esse trabalho?

A gente tem comentado que a primeira etapa do Brasil Sem Fome tinha como metas tirar o Brasil do mapa da fome. A meta da segunda etapa é tirar a fome do mapa do Brasil. Tem a ver com a determinação do presidente da gente alcançar essas pessoas que a gente ainda não alcançou, ou seja, quem ainda está em situação de insegurança alimentar grave no país. E a gente pretende fazer isso, primeiro, aprimorando os nossos instrumentos para identificar os territórios e os públicos mais afetados. Para isso a gente desenvolveu, porque o Brasil até então, só tem pesquisas que mostram a segurança alimentar no Brasil e até os estados, nas grandes regiões. A gente não tinha nenhum indicador que mostrasse a situação da segurança alimentar nos municípios. Então, a primeira coisa foi desenvolver um indicador para mostrar pra gente esses dados, via PNAD do IBGE. Aí a gente pegou essas características das famílias e foi olhar na base do Cadastro Único e a partir dessa metodologia a gente conseguiu definir um percentual de famílias em risco de insegurança alimentar em cada um dos municípios brasileiros. Então, hoje a gente tem um mapa e a gente sabe quais são os municípios que têm maior percentual de pessoas em

risco de insegurança alimentar. A maior parte, mais de 60% das pessoas em risco de insegurança alimentar estão em 500 municípios. Nas capitais e nos municípios de médio porte, no Norte e no Nordeste, boa parte. A partir disso, a gente quer priorizar esses lugares, esses municípios, pra gente levar as políticas do Brasil Sem Fome para essas áreas e apoiar esses municípios para implantação do que a gente tá chamando de “Protocolo Bra-

Inflação de alimentos em 2023 foi de 1%, resultado de políticas que combinam valorização do salário mínimo e controle de preços

sil Sem Fome”, que é realizado a partir de uma articulação dos três sistemas, SUS, SUAS e SISA.

- Secretária, o Bolsa Família é uma política pública que conquistou um lugar especial no debate político e no cotidiano dos brasileiros. A exemplo deste programa, é possível termos a consolidação da rede de políticas de segurança alimentar para evitar uma oscilação do índice, a depender do viés de cada governo?

- Se a gente observar, no período da pandemia, a gente teve o Auxílio Emergencial, o Bolsa Família foi meio que quase substituído pelo Auxílio Emergencial e houve um desmonte dos princípios centrais do Bolsa Família, que são fundamentais para o programa ter o resultado que ele tem na segurança alimentar, na educação e na saúde, que é a questão do Cadastro Único. Um cadastro estruturado muito cuidadosamente feito pelas equipes da Assistência Social. Esse cadastro é que orienta a seleção apropriada de famílias que têm direito àquele benefício e isso garante que o recurso público, o orçamento, tenha um impacto nas pessoas que tem que impactar. Então, o Auxílio Emergencial foi um volume absurdo de dinheiro que foi colocado de uma forma muito sem critério, porque não foi orientado por um cadastro, pelo Cadastro Único. O acompanhamento da saúde, educação, também nesse período foi bastante negligenciado. E por isso que a gente teve, mesmo num contexto em que o Bolsa Família existia, 33 milhões de pessoas passando fome. Então, não é só a coisa em si, mas precisa de um conjunto de outras coisas para poder sustentar ou não isso. A nossa expectativa é que, da mesma maneira como o Bolsa Família hoje é pauta, da mesma maneira como a sociedade brasileira hoje tem muita consciência sobre o que significa o SUS, após a pandemia, a gente espera muito que essa saída do mapa da fome, as duas vezes, a partir da existência do SISA, que a sociedade brasileira passe a ter isso como pauta também e que a existência desse sistema, o fortalecimento dele, possa proteger mais o país de grandes retrocessos rápidos e intensos como os que a gente já viveu. ■



Marcelo Casali Jr./Agência Brasil

Nova lei da CNH Social garante gratuidade em todas as etapas para inscritos no CadÚnico, ampliando mobilidade e oportunidades de trabalho

CNH Social: governo garante habilitação gratuita para inscritos no CadÚnico até 2028

Com meta de 1 milhão de habilitações gratuitas até 2028, governo aposta na CNH Social para gerar emprego, renda e reduzir desigualdades regionais

Henrique Nunes

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, em 26 de junho de 2025, a Lei n.º 15.153, que cria o programa CNH Social, que visa garantir a emissão gratuita da Carteira Nacional de Habilitação para pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). A medida, que entra em vigor em 11 de

agosto, busca ampliar o acesso à mobilidade e abrir novas oportunidades no mercado de trabalho para a população de baixa renda.

Segundo o Ministério dos Transportes, terão direito ao benefício famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. Hoje, cerca de R\$ 759, considerando o salário mínimo de R\$ 1.518. A gratuidade abrangerá todas as etapas do processo, desde exames teóricos e práticos até a emissão do documento.

Para custear a iniciativa, o go-

verno federal autorizou que parte dos recursos arrecadados com multas de trânsito seja destinada ao programa.

“A carteira de motorista é, muitas vezes, a porta de entrada para um emprego ou para empreender. Não é justo que milhões de brasileiros fiquem de fora por não terem dinheiro para pagar o processo de habilitação”, afirmou Lula durante a assinatura da lei.

Cada Detran estadual deverá publicar editais com prazos, critérios e formas de inscrição.

Com meta de 1 milhão de habilitações gratuitas até 2028, governo aposta na CNH Social para gerar emprego, renda e reduzir desigualdades regionais

Estados como Pará (“CNH Pai D’égua”), Ceará (“CNH Popular”) e Mato Grosso do Sul (“CNH MS Social”) já possuem programas semelhantes, que serviram de inspiração para o modelo nacional.

O governo estima que, já no primeiro ano, mais de 350 mil pessoas sejam beneficiadas em todo o país. A meta é ampliar gradualmente o número de vagas até alcançar cerca de 1 milhão de habilitações gratuitas até 2028. A expectativa é de impacto direto no emprego formal, especialmente em setores como transporte de passageiros, entregas e logística.

Além de facilitar a busca por trabalho, a CNH Social também pretende reduzir desigualdades regionais. Em áreas rurais e municípios menores, a habilitação é muitas vezes o único documento aceito para conduzir motocicletas ou veículos leves, essenciais para deslocamentos de longa distância.

“Mobilidade é um direito básico. E, para muita gente, ela começa com a CNH”, disse o ministro dos Transportes, Renan Filho.

Com foco na justiça social, a medida deve beneficiar especialmente mulheres negras, pe-

riféricas e chefes de família, que enfrentam barreiras econômicas para arcar com os custos da habilitação.

“A CNH é, para muitas mulheres, uma porta de acesso ao trabalho, à renda e à autonomia. Com a nova legislação, os órgãos executivos de trânsito dos estados e do Distrito Federal têm agora respaldo legal para garantir esse direito. Trata-se de uma política pública que reforça o compromisso do Governo Federal com a equidade, a inclusão social e a promoção da cidadania das mulheres brasileiras”, afirma a ministra das Mulheres, Márcia Lopes.

Outras ações sociais da atual gestão:

Combate à fome e à insegurança alimentar

O governo reativou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), relançou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ampliou os estoques da Conab. De acordo com a FAO, 15 milhões de brasileiros deixaram de passar fome entre 2023 e 2025. “Voltamos a cuidar

das pessoas para que o prato delas não fique vazio”, disse o ministro Wellington Dias.

Bolsa Família reforçado

O programa voltou ao formato original, com valor mínimo de R\$ 600 e acréscimos de R\$ 150 por criança de até 6 anos. Desde 2023, mais de 43 milhões de pessoas saíram da linha da pobreza, segundo dados do Ipea. O tíquete médio por família chegou a R\$ 705, o maior desde a criação do benefício.

Habitação popular

O Minha Casa, Minha Vida foi retomado e ampliado para famílias com renda de até R\$ 8.000 (área urbana) ou R\$ 96.000 anuais (área rural). Beneficiários do Bolsa Família ou do Benefício de Prestação Continuada (BPC) estão isentos do pagamento das prestações.

Saúde e eliminação de doenças

Lançado em 2024, o programa Brasil Saudável: Unir para Cuidar pretende eliminar até 2030 doenças como tuberculose, hanseníase, malária, hepatites virais e HIV. ■



Segurança pública é também uma pauta municipal, por Letícia Delgado

“Construir uma política municipal de segurança pública é, antes de tudo, um exercício de responsabilidade democrática”, defende Letícia Delgado em artigo

Letícia Delgado

Por muito tempo, a segurança pública foi entendida exclusivamente como responsabilidade das polícias e, portanto, dos estados. No entanto, essa visão vem se mostrando insuficiente diante da crescente sensação de insegurança vivida cotidianamente nos municípios brasileiros. A urgência do tema, combinada com a complexidade da violência e com a maior proximidade entre o cidadão e a gestão local, impõe aos municí-

pios o desafio — e a oportunidade — de assumir um papel mais ativo na construção de políticas públicas de segurança.

A Constituição Federal, ao afirmar no artigo 144 que a segurança pública é “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”, já apontava, ainda que de forma genérica, para a necessidade de um envolvimento mais amplo e coletivo. Ao lado da saúde, da educação, do lazer e da assistência social, a segurança integra o conjunto dos direitos sociais. Nesse sentido, compreendê-la sob a ótica da cidadania é fundamental.

A violência é um fenômeno

multicausal e profundamente territorializado. Ou seja, ela se manifesta de forma diversa conforme o território, afetando desproporcionalmente jovens, mulheres, negros, pessoas em situação de rua e moradores de periferias. A partir dessa constatação, é incapável reconhecer que soluções uniformes e centradas apenas na repressão não são suficientes. A atuação municipal, por sua proximidade com os territórios e com a população, tem um potencial transformador, especialmente na formulação de políticas de prevenção.

Os desafios de uma política municipal de segurança

Pensar segurança pública no nível local implica enfrentar uma série de obstáculos. O primeiro deles é a própria complexidade do tema, que exige articulação entre diversas áreas, como educação, saúde, assistência social e urbanismo. Além disso, a ausência de dados locais sobre violência dificulta o diagnóstico preciso e o direcionamento de ações efetivas.

Outro ponto crítico é a inexistência de um sistema nacional de segurança pública com repasses obrigatórios aos municípios, como existe na saúde e na educação. Isso dificulta a estruturação de políticas locais com base em recursos previsíveis e sustentáveis. Soma-se a isso a baixa cultura de participação popular na discussão sobre segurança e a dificuldade de superar uma visão puramente repressiva da política pública.

Por fim, há ainda o desafio de pensar a segurança pública a partir dos territórios e das populações mais vulneráveis, reconhecendo que a violência se manifesta de maneiras diversas em diferentes contextos sociais.

Os pilares para uma política municipal de segurança

Superar esses desafios exige uma política estruturada sobre alguns pilares fundamentais. O primeiro é o da pactuação social, com a criação de espaços como conferências, conselhos e fóruns para discutir a segurança sob uma perspectiva democrática e cidadã.

O segundo é o respeito às atribuições municipais. O município não tem o papel de substituir as polícias, mas pode e deve desenvolver ações complementares voltadas à prevenção e à mediação de conflitos. A Guarda Civil

Municipal, onde existente, deve ser orientada por princípios de proteção de direitos, patrulhamento preventivo e uso progressivo da força, como prevê a Lei 13.022/2014.

O terceiro pilar é a comunicação estratégica. É preciso pautar a segurança de forma positiva, valorizando ações de prevenção, promoção da cidadania e fortalecimento do convívio social. Em um cenário de medo e desinformação, comunicar bem é também uma forma de proteger.

Caminhos concretos para a ação municipal

Na prática, alguns eixos vêm se mostrando eficazes para estruturar uma política municipal de segurança:

1. Governança e institucionalidade: Criação de uma Secretaria Municipal de Segurança, com capacidade de articular políticas, gerir a Guarda Municipal e integrar ações com as forças de segurança estaduais. A implementação de Conselhos Municipais e Fundos de Segurança Pública também fortalece essa institucionalidade.

2. Produção de conhecimento: A criação de Observatórios Municipais de Violência, em parceria com universidades, permite a geração de dados e diagnósticos mais precisos para orientar políticas públicas.

3. Uso de tecnologia: Sistemas de videomonitoramento urbano com inteligência artificial têm se mostrado eficazes na prevenção de crimes patrimoniais e emergências ambientais, além de favorecer a integração entre secretarias e órgãos de segurança.

4. Participação popular: A institucionalização de espaços de escuta e participação — como conselhos e fóruns regionais — ajuda a legitimar e qualificar as ações públicas.

5. Integração entre políticas sociais: A segurança não se constrói apenas com policiamento. Programas voltados à juventude, cultura, educação, saúde mental, combate à violência contra a mulher, políticas para população de rua e ações de zeladoria urbana (como iluminação pública e manutenção de praças) contribuem diretamente para a sensação de segurança e prevenção à violência.

6. Valorização da convivência: Atividades culturais, esportivas e recreativas em espaços públicos, como o projeto “Esporte à Meia-Noite”, promovem o uso positivo do território e fortalecem os vínculos comunitários. Afinal, o contrário de insegurança não é a presença policial, mas sim a convivência cidadã.

Por uma nova cultura de segurança pública

Construir uma política municipal de segurança pública é, antes de tudo, um exercício de responsabilidade democrática. É reconhecer que o direito à segurança é inseparável do direito à cidade e que só haverá cidades verdadeiramente seguras quando forem também justas, inclusivas e plurais.

Municípios que se lançam nesse desafio, com planejamento, escuta e compromisso com os direitos humanos, não apenas enfrentam a violência, mas transformam a cultura política local e apontam novos caminhos para o país. A segurança pública, afinal, precisa deixar de ser um tema monopolizado pelo medo e pelo autoritarismo para se tornar, de fato, um direito social construído coletivamente. ■

Letícia Delgado é veradora de Juiz de Fora (MG), ex-secretária municipal de Segurança Urbana e Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais com ênfase em políticas municipais de segurança pública (UFF)

“O país vai se defrontar com a sua própria história”

Em entrevista, José Dirceu aponta o encontro nacional do PT como marco histórico, alerta para ameaças à soberania e à democracia e defende união ampla e reformas estruturais

Alberto Cantalice e Fernanda Otero

No início de agosto, o Partido dos Trabalhadores (PT) realizou o 17º Encontro Nacional da legenda. Para Zé Dirceu, liderança histórica do partido, o evento fica registrado como um marco histórico para a política brasileira. “Pelo momento político em que foi realizado, diante da agressão à nossa soberania e democracia pela administração Trump”, explica em entrevista à Focus Brasil.

Na entrevista, o petista detalha os três pilares dessa importância: o combate à agressão de Trump contra a soberania brasileira, a guinada na política econômica do governo Lula com a prioridade da reforma tributária sobre renda e riqueza, e o retorno das eleições diretas no partido.

Novos rumos

José Dirceu, de volta ao Diretório Nacional, enfatiza a neces-

sidade de união nacional pela soberania e o combate à violência política. Sua análise revela uma profunda compreensão do cenário político, antecipando desafios nas próximas eleições e a urgência de unificar as esquerdas para defender a democracia e os direitos sociais, sem misturar religião com política partidária.

A análise de Zé do momento aponta para a necessidade de união nacional em defesa da soberania, abrangendo até mesmo aqueles que divergem sobre o modelo econômico do país. O ex-ministro também alerta para a necessidade de o PT não misturar religião com política, focando na agenda conservadora e reacionária de alguns setores evangélicos, em vez da religião em si.

Sua capacidade de articular o contexto político e econômico, identificar as ameaças e propor caminhos para o partido demonstra uma compreensão da conjuntura e um compromisso com a construção de um programa que promova reformas estruturais e o avanço do país.

Leia a entrevista a seguir:

- Como você interpreta o 17º Encontro Nacional do PT realizado no começo de agosto, em Brasília?

- Esse encontro será conhecido como um encontro histórico, pelo momento político em que foi realizado, diante da agressão à nossa soberania e democracia pela administração Trump, o que significou uma unidade em torno de uma agenda do PT, e acredito que da imensa maioria dos brasileiros e brasileiras, em defesa da democracia e da soberania. Ele também foi realizado no momento em que o governo faz uma inflexão, com raízes desde o início, quando a política econômica do governo, além do arcabouço fiscal e como parte dele, inicia a construção da reforma tributária, passando do consumo IVA (Imposto sobre Valor Agregado) para a renda, a riqueza e a propriedade. Às vezes, parecia apenas uma busca de aumento da arrecadação, mas,



na verdade, a sua natureza era o enfrentamento da concentração de renda, riqueza e patrimônio no Brasil. E a desigualdade, que é uma das maiores do mundo, começou com os fundos exclusivos, offshores, a isenção de dois salários mínimos do imposto de renda, mas se estendeu para lucros e dividendos e culminou na isenção para quem ganha até R\$ 5 mil, que rebate num desconto grande até R\$ 7 mil. Essa medida conquistou a maioria da sociedade, ganhou o apoio do povo brasileiro: dois terços apoiam a proposta. Isso traz à tona a consciência da imensa maioria dos brasileiros de que o Brasil precisa de uma revolução social, que ela é uma revolução tributária, que está começando. Temos um Estado de bem-estar social, garantido pela Constituição de 1988, mas, no passado, não fizemos a reforma tributária necessária. Se observarmos a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) ou qualquer

país do mundo, o sistema tributário incide sobre renda e riqueza, não sobre bens e serviços, consumo. Aqui, quem paga imposto é a massa assalariada, não os rendimentos de aluguel, não os lucros, e principalmente não os lucros financeiros, os rentistas: 1% dos brasileiros tem quase a mesma renda que 150 milhões, 24%, 27% da renda nacional. O encontro se dá num momento histórico, nos dois sentidos: no sentido de uma agressão ao país, que é o agravamento da globalização, e também do confronto dos Estados Unidos com a realidade da ascensão dos Brics, do Sul Global, da China, da Índia, da resistência que a Rússia mostrou, apesar das sanções, por causa da guerra da Ucrânia, e também da reconstrução da Rússia, que foi reconstruída em 25 anos. E também é um encontro histórico, porque nós voltamos à eleição direta. Vamos lembrar que por razões de uma verdadeira guerra que foi feita contra nós, que levou ao golpe contra nossa

presidenta Dilma, levou à prisão do Lula num processo sumário político de exceção, que depois foi anulado. A minha prisão, do (João) Vaccari e de outros companheiros e companheiras, de dezenas de dirigentes e quadros históricos do PT, dos mais competentes, experientes, nos fundos de pensão, nas estatais, no primeiro escalão de governo, no parlamento: nós nunca podemos esquecer isso: não é só o mensalão. De 2013 a 2019, chegou um momento em que nós não podíamos sair às ruas com nossos símbolos, e quase cassaram o registro do nosso partido e condenaram nosso líder maior (não só nosso como do povo brasileiro), a 30, 40, 50 anos de prisão. Nós superamos tudo isso com a resistência ao impeachment, depois no Lula Livre, com a vitória numa frente ampla em 2022, mas é o encontro que volta a dar aos filiados a palavra de novo. E mais de meio milhão de filiados foram às urnas, espero que pela última vez, votando manualmente. Espe-

ro que na próxima nós votemos pelo celular, como os sindicatos já fazem. A OAB aqui de São Paulo, por exemplo, com centenas de milhares de advogados votaram pelo celular, aliás foi uma disputa acirrada de várias chapas. Muitos dirão que há deformações de filiações em massa, transporte de eleitores, mas a verdade é que isso não é um problema do PED, isso é um problema político que nós temos que resolver no PT, porque no encontro ou no PED pode acontecer, independentemente da forma como é feito. Uma outra mudança fundamental no PT, nesses últimos 90 dias, foi a mudança radical nas redes da atuação do partido e do nosso governo. É uma batalha que nós estávamos perdendo apesar dos esforços da nossa direção nos últimos anos, que, felizmente, agora nós demos um salto. Portanto, eu considero que é um encontro histórico, mas é verdade que nós precisamos aprimorar muito todo o sistema. Também foi um encontro de maturidade do PT, pela forma como ele foi realizado, pela forma como se organizaram as emendas, as votações, pelo papel da comissão de sistematização, talvez até pelo amadurecimento também já das diferentes correntes no PT. Um outro aspecto é o estado político das correntes e o estado de organização do PT, mas essa é outra matéria.

- Como foi essa decisão e o processo de voltar a fazer parte do Diretório Nacional?

- Eu fiz parte do Diretório Nacional pela última vez no mandato do José Eduardo Dutra. Na verdade, de 2013 a 2019 nós ficamos proscritos: eu fui preso quatro vezes. Fui preso em 2013, 2015, 2018 e 2019. O Supremo me soltou três vezes, porque as prisões eram ilegais. A primeira foi para cumprir pena da Ação Penal 470, que eu cumpri toda, depois fui

indultado. Aliás, vou fazer revisão criminal depois das eleições de 2026. Eu continuei participando da vida política do PT como militante e participando da luta política no país, mas não participei mais nem da minha corrente política, nem dos diretórios do PT. Lancei livros, fiz palestras, fui a alguns encontros. Eu acredito que já estava amadurecida essa necessidade de eu voltar a contribuir com o PT como dirigente. Quando conversei com o Edinho

“Esse encontro será conhecido como um encontro histórico, pelo momento político em que foi realizado”

sobre a possibilidade de ele ser nosso candidato, ele acabou concordando depois de uma conversa com nosso presidente. Eu tomei a decisão de participar ativamente desse encontro. Eu não podia deixar de contribuir nessa mudança no PT, nesse encontro, nesse reencontro nosso com a militância, e nesse momento histórico. Nós tínhamos o desafio de vencer as eleições de 2026 para dar continuidade ao nosso projeto político,

e havia riscos, e há riscos grandes. Eu acredito que eu não podia – eu e outros também, não somente eu, mas outros dirigentes do PT – achamos que nós deveríamos dar talvez uma última contribuição ao PT. E felizmente, com a generosidade da nossa militância e a solidariedade sempre presente todos esses anos na minha vida, fui bem recebido. Fui bem acolhido pela militância e pela minha corrente também, que me deu esse privilégio – porque eu não tinha força política para estar no Diretório Nacional, já que não estava participando da vida interna do PT. Acho que foi mais um ato de generosidade dos dirigentes também comigo.

- Durante o encontro, houve uma ampla maioria defendendo a política econômica do Lula, as ações da política internacional do governo, e defendendo não somente a manutenção da eleição direta como um avanço democrático do PT; houve também defesa da manutenção e a ampliação da Frente Ampla. Você acha que essa gestão comandada pelo Edinho, com a sua participação e de outros companheiros, é possível, além de manter a aliança que elegeu o Lula em 2022, ampliá-la?

- O país vai se defrontar com a sua própria história, e eu sempre tenho dito: o Brasil é uma potência. O Brasil é um dos maiores países do mundo, e um dos mais ricos do mundo – porque, além da riqueza que nós temos, que é pública e notória, como se diz, ele não tem inverno. É o quinto país do mundo em território, oitavo em população – é que a Nigéria, Indonésia e outros países vêm nos passando – que tem 200 milhões de habitantes. Somos uma das dez maiores economias do mundo e a metade do PIB da população e do território da América Latina. Temos soberania alimentar (que é a

coisa mais importante do mundo hoje) e temos soberania energética. Se a energia está cara, este é um outro problema – é o modelo que está errado -, mas nós temos energia para fazer uma revolução de transição energética ambiental. Temos também infraestrutura e uma base industrial e tecnológica que nos permite, em dez anos, vinte, dobrar, triplicar a renda média dos brasileiros, e dar um padrão de vida para os brasileiros justo, e de bem-estar, então é um país que incomoda, principalmente os Estados Unidos. Os Estados Unidos olham para a Coreia, o Japão, a China, agora a Índia, e veem que os países podem se desenvolver e defender seus próprios interesses, que muitas vezes se contrapõem aos seus interesses. Os EUA, o império, não são mais uma república, não são mais uma democracia, são uma plutocracia. Aliás, está caminhando para um regime autoritário pelas mãos do Trump. Agora mesmo eles estão fazendo um remanejamento dos distritos eleitorais para tentar evitar que os republicanos percam as eleições de meio mandato no ano que vem. Portanto, a questão central no Brasil hoje é a soberania e a democracia, pois estão ameaçadas internamente pelos golpistas e pelo autoritarismo, e externamente por esses aliados. Na verdade, eles servem a um governo estrangeiro – o que nossa Constituição proíbe como traição à pátria, como no caso de Eduardo Bolsonaro e da família. Este é o momento de unir todos os brasileiros que defendem a soberania nacional, mesmo aqueles que possam divergir sobre o modelo econômico para desenvolver o país ou distribuir sua riqueza. Pois sempre existirá essa contradição entre o crescimento nacional, o acúmulo de riqueza e sua distribuição – que é a essência da luta de classes. As classes trabalhadoras conquistaram na

Constituição de 1988 importantes garantias sociais, políticas e trabalhistas, especialmente a educação pública, o sistema único de saúde e a rede de proteção social com programas como Bolsa Família, BPC e Loas. Além disso, o país tem os bancos públicos, a Petrobras. O que antes chamávamos de industrialização, hoje chamamos de revolução tecnológica. Ter soberania tecnológica e financeira – o grande desafio do Brasil – pode unir a maioria dos brasileiros. Por

**“Aqui, quem
paga imposto
é a massa
assalariada,
não os
rendimentos
de aluguel, não
os lucros, e
principalmente
não os lucros
financeiros”**

isso defendemos que devemos, primeiro, unificar a esquerda (como já está unificada em torno do governo Lula), além de consolidar a democracia, a soberania, os avanços sociais e a luta contra concentração de renda, pobreza e desigualdade. Também é preciso agregar grande parte do empresariado e das classes médias. Essa frente ampla que elegeu Lula com Alckmin como vice, mostra que tal união é possível e necessária, mesmo com partidos de direita na base governista. Tudo

dependerá da luta política neste momento crítico que vivemos mundialmente. Aqui, a administração Trump continua sua ofensiva – agora com 50% de taxaço sobre a Índia – buscando remodelar o mundo conforme os interesses estadunidenses, enquanto nós buscamos governar nosso país e interagir globalmente conforme nossos próprios interesses. Essa é a contradição fundamental existente. O que se observa é que falta o fator agravante que temos aqui: a pressão dos EUA sobre o Brasil em apoio aos golpistas da família Bolsonaro, buscando entregar o poder à direita por vias autoritárias – essa é a agressão externa. O mundo emergente é asiático, do Sul Global, dos BRICS – não o mundo da OTAN e dos EUA. Porém, os EUA veem a América Latina como reserva estratégica, o que entra em contradição com nosso projeto. Daí a famosa frase do ex-presidente (Ronald) Reagan, que alguns atribuem a Henry Kissinger: ‘Não permitiremos outro Japão na América do Sul’, quer dizer, impedir que o Brasil se torne um país desenvolvido, se torne potência, com todas as contradições inerentes ao capitalismo.

- O que espera de consequência para os deputados que tomaram a Câmara da forma como fizeram na semana passada?

- Bem, nós temos que ter consciência de que eles são golpistas e que usam da violência e do ódio, não devemos ter nenhuma dúvida sobre isso. Eles demonstraram isso novamente, pois aquele foi um ato de violência e uma tentativa de impedir o funcionamento do Parlamento, o que constitui crime contra a Constituição. Os deputados devem responder por isso, devem ser levados à Comissão de Ética, e o presidente tem poderes para suspender alguns deles. Aqui surge uma contradição: alguns argumentam que me-

didadas punitivas agravariam a situação, mas quando não se pune esses atos, eles só se multiplicam. Vimos como terminou o 8 de janeiro, e hoje conhecemos o ‘Plano Punhal Verde e Amarelo’, que previa o assassinato do presidente Lula, do vice Alckmin e do ministro Alexandre de Moraes. Imagine o que poderia ter acontecido com o resto do país.

- Inclusive, há uma suspeita de que o seu nome estava na lista...

- Há fontes confiáveis de que eu seria o quarto alvo, porque viajei entre o primeiro e o segundo turnos, fui a Portugal, onde sou advogado, para cumprir prazos de reabilitação profissional, e a Cuba, onde não ia há 12 anos. Daí eles extraíram a fantasia de que eu organizava resistência no exterior para o caso de assassinato do Lula. Parece ficção, mas é realidade: tentaram o golpe, elaboraram o plano e agora vemos sua aliança com potências estrangeiras contra os interesses nacionais, atacando o bem-estar das famílias, nossa economia, produtos de exportação e a indústria tecnológica. Há diferenças entre disputas comerciais normais (que motivaram a criação da OMC, a Rodada Doha, regras e tribunais internacionais – como quando vencemos o caso do algodão) e esta guerra econômica. Fazemos acordos sobre etanol, aço, têxteis; ajustamos tarifas, mas muitos países manipulam ativamente suas moedas. O que o Trump está fazendo é desvalorizar o dólar para encarecer as importações e para tirar as exportações dos Estados Unidos, ou seja, para derrubar o déficit. Os EUA têm uma dívida pública de 120% do PIB, já são 3% do PIB de juros que paga essa dívida, com um déficit público de 7% e têm um déficit comercial de trilhão, então é insustentável. A econo-

mia deles é uma economia de serviços, de tecnologia de ponta, não tem indústria, lá é tudo importado, o que é uma contradição. Ao obrigar os países a importar mais deles e exportar menos, estão buscando fontes de arrecadação para diminuir o déficit público. As tarifas acabam sendo uma fonte que pretende que os países paguem impostos, seja por causa do imigrante que manda dinheiro, seja para os países que têm

“Felizmente, com a generosidade da nossa militância, com apoio da minha corrente, fui bem recebido (sobre o retorno ao DN)”

dólar como reserva. Quer dizer, ele está procurando resolver seus problemas, não por reformas internas, pelo contrário, ele fez uma reforma tributária que custou US\$ 4 trilhões, quer dizer, mais US\$ 4 trilhões na dívida, que já é de US\$ 36 trilhões. Ele não tem mais a força, nem econômica, nem tecnológica, nem militar, apesar de ser a maior potência do mundo, para se impor. Então ele começa, na verdade, a rasgar, de certa maneira, a fantasia, e abertamente ameaça: “eu anexo o Canadá, eu

compro a Groenlândia, eu ocupo o Panamá, eu vou agora invadir países com drones ou com forças táticas aéreas para combater o crime organizado”. E nós sabemos que isso é uma sandice, porque vamos lembrar que a guerra contra as drogas foi um fracasso, como a guerra contra o terrorismo, a invasão do Afeganistão, do Iraque, da Líbia, da Síria. Tanto fracassou que os Estados Unidos saíram do Vietnã de maneira vergonhosa e humilhante do Afeganistão. E se nós olharmos a situação da Líbia, da Síria e do Iraque, os países são controlados e afetados exatamente por aqueles que os Estados Unidos estabeleceram como razão de suas invasões. Mas na verdade eles dominaram o petróleo do Iraque e da Líbia, e agora com essa agressão, genocídio contra o povo palestino por Israel, que hoje é condenado pelo mundo todo, por todos os governos, completa-se um quadro que evidentemente o mundo não pode continuar nessa direção. Daí a oposição à política dos Estados Unidos, e daí também essa aversão a esse apoio que ele dá às forças de direita no Brasil. É uma coisa escandalosa a traição nacional da família Bolsonaro e da extrema direita brasileira.

- Gostaria que você explicasse duas coisas nesse contexto: primeiro, essa coisa explícita do golpismo e da traição nacional, e segundo, o apoio que temos, verificado nas pesquisas. Como atuar nesse contexto para manter a nossa simpatia e ampliar, para ampliar e conter essa maré extremista, direitista que também cresce no Brasil?

- Primeiro nós temos que ter consciência de que não existe uma eleição nacional, nunca existiu. Tem altos e baixos, como na eleição de 1962, que aliás o PTB fez uma bancada de mais de cem deputados e ia ser a bancada ma-

goritária na Câmara em 1966. Uma das razões do golpe de Estado foi a força do PTB, porque a classe trabalhadora brasileira sempre foi muito progressista, nacionalista, democrática – votou no PTB de 1946 a 1964, no MDB de 1974 a 1989 e depois no PT, nos dando cinco vezes a presidência da República. Então o Brasil não é um país conservador de direita. A direita e o conservadorismo sempre tiveram muita força no Brasil e sempre tiveram base popular – o Ademarismo, o Malufismo, o Janismo, o próprio Collor. Foram piorando: Jânio, Collor e Bolsonaro, mas têm sua base. Por razões culturais, políticas, religiosas, foi a luta política que formou a consciência. A luta social, a luta de classes, a luta política formam a consciência. E eles nos reprimiram durante dez anos. Ocuparam os territórios e ganharam grande vantagem na formação da consciência liberal, conservadora, religiosa, muitas vezes de extrema direita em setores populares. Então nós temos que fazer essa luta política, recuperar esses territórios e fazer luta política. E agora, quando a luta política se sintetizou nessa questão da renda, da riqueza, dos impostos, é sinal de que a sociedade brasileira toma rapidamente consciência da sua situação social e econômica e das razões dela, e opta por soluções que nós defendemos historicamente. E vai mudar muito – o Brasil mudará muito nos próximos anos. Porque estão chegando novas gerações no Brasil, inclusive no empresariado. Nós temos geração de empresários hoje de 25 a 35 anos no Brasil, 35 a 45 anos, que são completamente diferentes, e a economia brasileira está mudando rapidamente também. Nós temos que ter consciência disso. Tanto é que o poder que o agro tem hoje e o capital financeiro, praticamente apagam o setor industrial. O rentismo acaba se

expressando no parlamento. E nós temos que fazer expressar no parlamento a nossa força, esse é o nosso grande desafio. Porque nós expressamos essa força durante décadas na presidência da República, em muitas prefeituras e em governos estaduais importantes. Nós já, tirando São Paulo, governamos quase todos os estados importantes do Brasil. Então é preciso agora levar essa consciência para o parlamento. Nós vamos enfrentar intervenção exter-

**“Não é verdade
que nosso
povo seja
conservador
de direita, nem
que aceite
passivamente a
exploração
sem lutar.”**

na aberta: porque se Elon Musk vai à Grã-Bretanha e diz ao primeiro-ministro trabalhista (que é conservador, não é de esquerda) que vai tirá-lo do poder; se interferem na eleição na Polônia contra a União Europeia, derrotando o candidato da União Europeia (não é da social-democracia ou da esquerda) – isso mostra que devemos ter consciência: a eleição será disputada com intervenção aberta da administração Trump no Brasil. Mas há muitas forças democráticas no mundo, que não

são de esquerda, que nos apoiam. Então nós temos também que ter essa capacidade de articulação, dentro do país e no mundo, de apoio a nós. Porque eles vêm mudando os métodos, mas sempre procuraram manipular e ter governos simpáticos aos Estados Unidos. Primeiro foi o período dos golpes militares, depois tivemos os golpes parlamentares (Honduras, Peru, Bolívia, Paraguai, Brasil). Agora vem essa mistura de gangues, narcotráfico, insegurança, terror nas ruas – e surgem governos autoritários, como em El Salvador e Equador. A questão da segurança pública tem que ser prioridade para nós. Acredito que nós vamos enfrentar um quadro de intervenção externa aliada à direita no Brasil, mas ela será minoria. Porque quando a questão democrática, da soberania, o combate à pobreza, à desigualdade, à questão social se unificam, a maioria do país tende a nos apoiar. Evidentemente nós vamos ter que formar uma aliança, uma coalizão política, mas ao mesmo tempo temos que construir uma coalizão que transforme o país com reformas estruturais que ele precisa. Porque esses dois anos e meio de governo do nosso presidente Lula – o terceiro dele e o quinto nosso – mostram que esse impasse no Congresso Nacional, que não permite reformas, não é uma camisa de força. Daí que muitos entre nós passaram a criticar duramente a política fiscal e exigir a revogação dela e o uso do déficit público. Não, o caminho é aprofundar as reformas como a tributária sobre renda e riqueza. Aprofundar os eixos do governo: os bancos públicos, o BNDES financiando a revolução tecnológica, a transição energética, a reindustrialização do país. Aprofundar uma política agrícola que leve a agricultura familiar a cumprir um papel dobrado no país. Aprofundar a mudança no



Agência PT

ensino técnico profissional, para que o jovem saia do ensino médio já empregado, que é o desejo de todas as mães. O país precisa radicalizar sua política de preservação da Amazônia, de reflorestamento, de restauração dos 40 milhões de hectares degradados que temos. O país precisa tomar medidas que o façam avançar, principalmente na revolução tecnológica. Precisamos de uma reforma tributária que permita ao Estado brasileiro investir pesadamente, especialmente em infraestrutura, tecnologia e na revolução educacional de que o país necessita. A distribuição de renda deve ser nosso norte, como foi na construção do Estado de Bem-Estar Social em 1988, que trouxe, além da democracia e dos direitos políticos, os direitos sociais e trabalhistas. Precisamos entender as mudanças no mundo do trabalho pela revolução tecnológica, que causaram enorme precarização no Brasil. E ter consciência: não é verdade que nosso povo seja conservador de direita, nem que aceite passivamente a exploração sem lutar. Prova disso são os motoboys e trabalhadores de aplicativo que lutam aqui em São Paulo, radicalizando sua mobilização. Nosso papel é estar à frente dessas lutas, junto com eles, pois senão a direita poderá dirigi-las. A direita fre-

“O novo diretório, a nova executiva, devem implementar as mudanças que o PT precisa. Correr atrás. Mudar nossa forma de organização.”

quentemente lidera mobilizações de certos setores sociais contra interesses dominantes. Mas é da nossa natureza estar ao lado dessas lutas populares. Eu acredito que nunca houve uma situação política tão favorável como esta para nós. O que precisamos é mudanças radicais no nosso partido. Nós fizemos essa discussão, esse debate. O companheiro Edinho

e o novo diretório, a nova executiva, devem implementar as mudanças que o PT precisa. Correr atrás. Mudar nossa forma de organização. Priorizar as lutas que já identificamos e a reocupação dos territórios. E principalmente, coesionar as esquerdas numa frente ampla, em defesa da soberania, da democracia e dos direitos sociais. Construir um programa para 2026 e enfrentar a questão do parlamento. Precisamos crescer no parlamento para avançar nas reformas. Porque a luta política já está colocada, e o PT já tomou consciência de que é preciso fazer a luta política e confrontar. O próprio presidente Lula tem essa consciência e mostrou isso nas últimas semanas. Isso unifica o PT. Devemos aproveitar esse momento. Porque é crucial que o PT se una para unir as demais forças de esquerda e centro-esquerda e vencer. Porque a eleição será muito regional também. Cinco, seis estados do PDS apoiarão o presidente Lula. Sabemos disso: Mato Grosso, Amazonas, Minas Gerais, Rio de Janeiro, talvez Sergipe. Temos vários estados. O mesmo pode acontecer no Partido Republicano ou até no União Brasil, no PP. E no MDB, talvez a maioria possa apoiar o presidente. Então precisamos ter capacidade para construir essa unidade política.

Há pautas econômicas importantes que unem esses setores. Inclui-se em defesa da economia brasileira, mas também por mudanças no rumo do Brasil. Porque o Brasil precisa assumir o que é. Como tenho dito, o Brasil precisa tomar em suas mãos o próprio destino.

- Vladimir Safatle publicou uma crítica na Folha onde contextualiza o que significa uma frase de Lula no documentário Apocalipse nos Trópicos, da Petra Costa, onde ele diz “minha tese é que o que levou o socialismo ao fracasso foi a negação da religião”. Nesse contexto do documentário, pensando sobre a perspectiva da religião, porque é disso que o documentário fala, o que você espera para esse recorte nas próximas eleições de 2026? Como você acha que o PT deve atuar?

- Eu ainda não assisti, preciso assistir, estou em dívida, mas o PT não deve misturar religião com política. Pode parecer uma frase equivocada, mas nós não divergimos dos evangélicos por causa da religião. Nem porque fazem política, nem porque têm poder econômico, até porque têm partidos. A igreja católica sempre teve isso no Brasil, seria contraditório para nós. Porque nós nascemos, o PT nasceu das igrejas, das pastorais, das CEBs, não foi? Das Comunidades Eclesiais de Base. Muitos petistas são evangélicos, cristãos, em geral, na minha família mesmo. O problema é a agenda conservadora, muitas vezes reacionária, de alguns setores evangélicos – não todos, pois um terço votou no Lula, e muitos pastores e igrejas são progressistas ou respeitam o Estado laico. O que não aceitamos é a teocracia, ou uma religião querendo impedir outra. Eles acham que segurança pública é matar, esquadrão da morte, tropa de elite – não deu certo, só piorou. A questão climática, o desmata-

mento – esse é o debate com os evangélicos, não sua religião. Nós não temos a Canção Nova, o movimento Carismático, as redes católicas de rádio e TV, o patrimônio da igreja católica? Sempre houve dízimos, quermesses, bingos. O Brasil é uma nação cristã; nasceu com base no cristianismo. Porém, milhões de brasileiros hoje não são cristãos. O mundo atual não é majoritariamente cristão – cerca de 80% da população global segue outras religiões. Precisamos lidar

“Precisamos crescer no parlamento para avançar nas reformas, a luta política já está colocada, e o PT já tomou consciência de que é preciso fazer a luta política”

com essa realidade com serenidade, sem transformar essa questão em razão da nossa vitória ou derrota, pois não é. As contradições sociais inevitavelmente provocarão mudanças também nas igrejas evangélicas. As novas gerações que estão chegando a essas igrejas não reproduzem o conservadorismo dos pais e avós – observo isso nas igrejas que filhos de meus amigos e familiares frequentam,

comunidades completamente diferentes, sem o reacionarismo e conservadorismo das gerações dos pais e dos avós. Devemos abordar essa transição com serenidade. É evidente que nenhum sistema político – socialista ou não – pode cometer o erro grave de proibir ou negar a religiosidade de um povo. A própria experiência histórica demonstra isso: após 70 anos de regimes socialistas (ou assim chamados), a religião ortodoxa hoje praticamente se tornou a religião do Estado russo. Basta observar a liturgia que envolve o presidente Putin e como a Igreja Ortodoxa se integrou ao aparato estatal russo. Agora, ao mesmo tempo, em muitos países da Europa, um terço da população é agnóstica, e mesmo em países do antigo campo socialista, muitos têm um terço de agnósticos. Lembremos que a Polônia quase virou um Estado teocrático – foram os liberais que ganharam a eleição contra os ultraconservadores católicos, parando o avanço do reacionarismo católico no país. Chegou a ser crime criticar o Papa João Paulo II na Polônia, com retrocessos nos direitos das mulheres sobre seus corpos e direitos sociais vistos como antirreligiosos. Houve uma regressão na Polônia, não só nos Estados teocráticos do Golfo, como a Arábia Saudita, ou no Estado Islâmico e no Talibã, totalmente teocráticos. Por isso foi importante o presidente Lula ter colocado esse debate, mas evidentemente, estou dando minha opinião como leigo, cidadão brasileiro, não como estudioso do tema. Confesso que não li ainda o artigo do Vladimir – vou ler hoje mesmo – e não assisti ao filme, pois nestes últimos dois meses, não li tanto quanto gostaria, nem assisti filmes como desejava. Estou em dívida com a Petra, que realmente sei que o papel que ela jogou já nesses dois documentários é importantíssimo.



Inflação desacelera em julho com alimentos mais baratos pelo segundo mês seguido

Com bandeira vermelha, conta de luz sobe 3,04% e é maior impacto no IPCA; queda de batata, cebola e arroz ajuda a frear índice, que acumula 5,23% em 12 meses

Agência Brasil

A conta de luz mais cara pressionou a inflação oficial no mês de julho, fazendo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechar em 0,26%, acima do registrado em maio (0,24%).

O preço dos alimentos, no entanto, caiu pelo segundo mês seguido, ajudando a segurar o índice. Em julho do ano passado, a taxa ficou em 0,38%.

Com os dados divulgados nesta terça-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA acumula 5,23% em 12 meses, fora do centro da meta de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual (p.p.) para mais

ou para menos, ou seja, indo até 4,5%.

A taxa está acima do teto desde setembro de 2024 (4,42%). Em abril, chegou a 5,53%, o ponto mais alto desde então. No entanto, o patamar alcançado em julho representa um recuo na comparação com os 5,35% no período terminado em junho.

A energia elétrica residencial subiu 3,04% no mês, representando o maior impacto individual no IPCA: 0,12 ponto percentual (p.p.). Esse subitem fez com que o grupo habitação subisse 0,91%, representando impacto de 0,14 p.p.

Bandeira vermelha

A causa principal da alta é a bandeira tarifária vermelha patamar 1, determinada pelo governo para custear usinas termelétricas em tempos de baixa nos reservatórios das hidrelétricas.

A cobrança adicional de R\$ 4,46 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos começou em junho e foi mantida em julho.

A conta de luz foi pressionado também por reajustes nas contas em São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Como o IPCA é nacional, esses aumentos regionais se refletem no índice.

De acordo com cálculos do gerente da pesquisa, Fernando Gonçalves, sem o efeito da conta de luz, o IPCA fecharia o mês em 0,15%.

De janeiro a julho, a energia elétrica residencial subiu 10,18%, bem acima do IPCA acumulado no período (3,26%).

“É a maior variação para o período janeiro a julho desde 2018, quando o acumulado foi de 13,78%”, assinala Gonçalves.

Alimentos mais baratos

O grupo alimentos e bebidas caiu 0,27% em julho, representando



Com bandeira tarifária vermelha e reajustes regionais, a conta de luz subiu 3,04% em julho, representando o maior impacto individual no IPCA, segundo o IBGE

do alívio de 0,06 p.p. no IPCA do mês. Essa queda foi a maior desde agosto de 2024 (-0,44%). Desde então, o grupamento teve nove meses seguidos de alta, antes de cair em junho e julho.

A queda em julho foi puxada pela alimentação no domicílio (-0,69%), com destaques para batata-inglesa (-20,27%), cebola (-13,26%) e arroz (-2,89%). Em junho, os alimentos já tinham recuado 0,18%.

De acordo com Gonçalves, se os alimentos não tivessem ficado mais baratos na média, o IPCA de julho seria de 0,41% em vez de 0,26%.

Outros grupos

Dos nove grupos de preços apurados pelo IBGE, três apresentaram deflação (reco de preços) em julho. Além de alimentos e bebidas, recuaram também vestuário (-0,54%) e comunicação (-0,09%).

Além da habitação, os grupos que tiveram alta foram:

- **artigos de residência:** 0,09%;
- **transportes:** 0,35%;
- **saúde e cuidados pessoais:**

0,45%;

- **despesas pessoais:** 0,76%; e
- **educação:** 0,02%.

No grupo transportes, a alta foi empurrada pelo preço das passagens aéreas, que subiram 19,92%, por causa de maior procura no mês de férias escolares. Dessa forma, a passagem de avião foi o segundo subitem que mais pressionou a inflação, perdendo apenas para a conta de luz.

Em contrapartida, o grupo transportes teve alívio dos combustíveis, que caíram 0,64%. Foi o quarto mês seguido de recuo. A gasolina, item com mais peso na cesta de consumo das famílias, recuou 0,51% em julho.

Dentro do grupo despesas, a pressão inflacionária veio dos jogos de azar, explicada pelo reajuste de preço das loterias, que subiram 11,17%. Foi o terceiro maior impacto individual no mês.

Sem tarifaço

O gerente do IPCA destacou que o resultado do IPCA em julho não mostra efeitos do tarifaço imposto pelo governo dos EUA à grande parte dos produtos brasi-

leiros exportados ao país norte-americano.

“Seria prematuro”, afirmou Gonçalves, lembrando que a alíquota de 50% começou a valer apenas em agosto, na última quarta-feira (6).

Gonçalves explicou que, em teoria, um primeiro efeito da guerra comercial pode ser o barateamento de produtos no mercado nacional, por causa de mais oferta no Brasil.

“Tem que esperar para ver como o mercado vai responder a isso, se vai conseguir escoar para outro mercado externo. Se os produtos ficarem no mercado interno, a tendência - principalmente dos itens perecíveis - é que o preço caia.”

Famílias

O IPCA apura o custo de vida para famílias com rendimentos entre um e 40 salários mínimos.

A coleta de preços é feita em dez regiões metropolitanas - Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre - além de Brasília e nas capitais Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Aracaju. ■



Presidente da Câmara encaminha pedidos de afastamento de 14 deputados da oposição por participação em motim; jurista vê risco e defende punição

Presidente da Câmara encaminha pedidos de afastamento contra 14 deputados da oposição após invasão e bloqueio da Mesa Diretora; jurista vê risco de repetição e defende punição rigorosa

Fernanda Otero

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, encaminhou à Corregedoria da Casa pedidos de afastamento por até seis meses contra 14 parlamentares da oposição envolvidos no motim no Congresso Nacional. As medidas ainda precisam ser avaliadas e votadas pelo Conselho de Ética.

A maioria dos deputados citados pertence ao Partido Liberal (PL), legenda do ex-presidente Jair Bolsonaro, além de integrantes do PP e do Novo. Eles participaram da ocupação da Mesa Dire-

tora da Câmara, interrompendo a retomada dos trabalhos legislativos. Inicialmente, a deputada Camila Jara (PT-MS) foi acusada de agredir Nikolas Ferreira (PL-MG), mas seu nome não consta na lista de afastamentos.

Confira os parlamentares alvo dos pedidos:

- Marcos Pollon (PL-MS)
- Zé Trovão (PL-SC)
- Júlia Zanatta (PL-SC)
- Marcel van Hattem (Novo-RS)
- Paulo Bilynskyj (PL-SP)
- Sóstenes Cavalcante (PL-RJ)
- Nikolas Ferreira (PL-MG)
- Zucco (PL-RS)
- Allan Garcês (PP-TO)
- Caroline de Toni (PL-SC)
- Marco Feliciano (PL-SP)
- Bia Kicis (PL-DF)

- Domingos Sávio (PL-MG)
- Carlos Jordy (PL-RJ)

A decisão foi tomada pela Mesa Diretora após reunião realizada na tarde desta sexta-feira (8). Em nota, a Secretaria-Geral da Mesa afirmou: “A Mesa da Câmara dos Deputados se reuniu nesta sexta-feira, 8 de agosto, para tratar das condutas praticadas por diversos deputados federais nos dias 5 e 6. A fim de permitir a devida apuração do ocorrido, decidiu-se pelo imediato encaminhamento de todas as denúncias à Corregedoria Parlamentar para a devida análise.”

Os processos serão analisados pela Corregedoria, que examinará imagens e provas do incidente.



Em seguida, seguirão para a Mesa Diretora e, posteriormente, ao Conselho de Ética para deliberação final.

Para o jurista José Eduardo Cardozo, ex-ministro da Justiça e ex-deputado federal por dois mandatos, os parlamentares têm direito à obstrução. “Uma questão que é muito importante de ser vista é que o direito à obstrução faz parte do direito parlamentar de quaisquer países democráticos, ou seja, o direito de obstrução é um expediente feito pela minoria com o objetivo de convencer a maioria ou então de forçar uma eventual negociação”, explica.

Cardozo reforça que trata-se de algo salutar, mas ressalta que o direito de obstrução deve ser exercido em conformidade com as normas regimentais, observando as regras da atividade parlamentar que todos os parlamentares têm o dever de cumprir, destacando

que “o que foi feito ali não é um exercício do direito de obstrução, ali foi efetivamente uma barreira física impedindo a sessão”, um fato “inaceitável em qualquer parlamento do mundo, ou seja, parlamentares que fazem isso devem ser rigorosamente punidos por infração ética à atividade parlamentar”.

Ele enfatiza que a obstrução “é regimental e é legítima, mas não obstrução física. Isso é violência, isso não é admissível nem em qualquer órgão colegiado menor, quanto mais no parlamento do Brasil, na Câmara dos Deputados, que é uma casa do Congresso Nacional em que as pessoas foram eleitas para representar o povo”. O ocorrido de “efetiva coação para que o parlamento pudesse funcionar” impondo condições para seu funcionamento “é um verdadeiro absurdo”, declarou.

Em sua avaliação, o caso abre

um precedente perigoso para a presidência da Câmara dos Deputados. “Temo que o presidente Hugo Motta perca o controle da Casa Legislativa, fui deputado por oito anos e tenho absoluta certeza de que se não houver um tratamento com energia dessa situação, essa casa ficará incontrolável, porque todos que se julgarem preteridos em alguma situação vão fazer o mesmo, e ao invés de termos um parlamento onde as pessoas falam, vamos ter sessões com agressões físicas, com situações que os braços e os mucos prevalecerão sobre os cérebros e a fala, isso é absolutamente inaceitável na vida democrática”, conclui.

Líder do PT e aliados pedem suspensão de deputados

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), protocolou na segunda-feira (11/08) um ofício à Mesa Diretora solicitando a abertura de processos disciplinares e a suspensão cautelar por seis meses de cinco deputados da oposição envolvidos no motim que paralisou os trabalhos legislativos na semana passada. Os pedidos foram assinados também por líderes do PSB e do Psol.

Deputados envolvidos e acusações:

Marcos Pollon (PL-MS)

Acusado de impedir a retomada dos trabalhos e xingar o presidente Hugo Motta.

Alegou ser autista e não entender a situação, sentando-se na cadeira da Presidência para pedir conselhos a Van Hatten.

Zé Trovão (PL-SC)

Acusado de tentar impedir fisicamente o retorno de Motta à Mesa Diretora.

Disse que não incentivou violência, apenas tentou evitar a remoção forçada de parlamentares.

Júlia Zanatta (PL-SC)

Acusada de usar sua filha de quatro meses como “escudo” em meio ao protesto.

Críticas por expor a criança a um ambiente de tensão e foi denunciada ao Conselho Tutelar pela exposição do bebê.

Paulo Bilynskyj (PL-SP)

Acusado de “tomar de assalto e sequestrar” a Mesa Diretora e ocupar a Mesa da Comissão de Direitos Humanos.

Também citado por suposta agressão ao jornalista Guga Noblat.

Marcel van Hattem (Novo-RS)

Acusado de “sequestrar” a cadeira da Presidência.

Postou trecho do Hino Nacional e chamou possível suspensão de “golpe”.

Deputada Camila Jara rebate acusações

Em nota divulgada nesta quarta-feira (7), a deputada Camila Jara (PT-MS) detalhou os acontecimentos ocorridos durante a retomada do plenário pelo presidente Hugo Motta. Ela relatou agressões sofridas durante tumulto na Câmara após a invasão de parlamentares bolsonaristas na última terça-feira (5). A parlamentar denunciou as pressões que sofreu no meio do tumulto – onde predominavam homens – e rejeitou as acusações infundadas de que teria “nocauteado” o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG).

“Não me intimidarão com ódio. O diálogo sempre foi e continuará sendo a marca do meu trabalho”, afirmou Camila.

No final da sessão, quando Motta se levantava, Camila Jara



se aproximou da mesa e, em meio ao tumulto, esbarrou em Nikolas Ferreira, que caiu. A parlamentar – que tem 1,60m de altura, pesa 49kg e está em tratamento contra um câncer, foi acusada injustamente de ter derrubado o colega com um “soco”.

Em sua defesa, a deputada explicou que reagiu instintivamente ao ser pressionada por homens no meio da confusão, como qualquer mulher faria em uma situação de risco.

“Não houve soco ou qualquer ato violento intencional, como espalharam nas redes sociais. O que existe é uma campanha de difamação, que resultou em centenas de ameaças à minha integridade física e até à minha vida”, declarou.

Em nota, a parlamentar declarou que “não me intimidarão com ódio. O diálogo sempre foi e continuará sendo a marca do meu trabalho”. ■

Com informações da Agência Brasil e Agência PT



Tarifaço de Trump enfraquece presidente dos EUA e fortalece Lula, diz especialista

Professora da Unifesp analisa impactos do tarifaço e afirma que pressões internas nos EUA podem frear Trump mais que ações externas, enquanto Lula colhe ganhos políticos

Henrique Nunes

O endurecimento tarifário imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ao Brasil já afeta seu capital político dentro do próprio país e, ao mesmo tempo, impulsiona a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A avaliação é da professora de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo

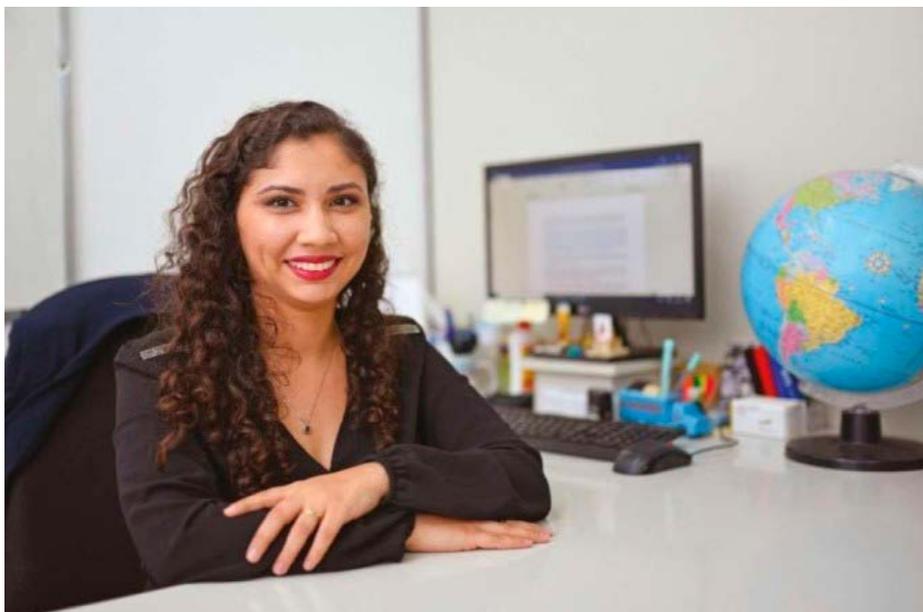
(Unifesp), Carolina Pedroso, que analisou os impactos diplomáticos, econômicos e políticos do chamado tarifaço.

Segundo Carolina, apesar da postura autoritária e da resistência de Trump a críticas externas, o principal freio à sua política comercial tende a vir de fatores domésticos. Ela lembra que o histórico das relações internacionais dos EUA demonstra que o sistema multilateral, em grande parte moldado por Washington, raramente consegue enquadrar o país quando este desrespeita o direito

internacional. Como exemplo, cita a atuação norte-americana no Oriente Médio.

“No caso das tarifas brasileiras, vemos uma correlação com interesses internos: a lista de exceções inclui setores e mercados estratégicos da economia norte-americana que sofreriam impactos diretos se as tarifas fossem aplicadas integralmente”, explica.

Para a professora, não há, no horizonte, uma força externa capaz de conter as imposições de Trump. “Nem mesmo a União Europeia conseguiu impor limites



Carolina Pedrosa, professora de Relações Internacionais da Unifesp, analisa impactos do tarifaço de Trump e seus efeitos políticos no Brasil e nos EUA

na negociação bilateral, de modo que os possíveis freios ou contrapontos estão mais facilmente dentro dos EUA do que fora.”

Negociação difícil, mas inevitável

Apesar das tensões, o governo brasileiro busca manter o diálogo. Trump já sinalizou, em declarações públicas, que estaria disposto a negociar, embora tenha emitido sinais contraditórios. Segundo Carolina, essa postura não é exclusiva na relação com o Brasil e já foi observada em outros casos.

“Não há outro caminho que não a negociação. Tudo vai depender da pressão interna nos EUA para mitigar os efeitos negativos que já começam a surgir no próprio mercado norte-americano”, afirma.

A professora observa que alguns estados e setores dependem diretamente de insumos e produtos brasileiros, o que torna a escalada tarifária economicamente arriscada para a base eleitoral de Trump.

Personalismo e cálculo político

A imposição de tarifas não é novidade na política comercial dos EUA, mas Carolina destaca

que, no caso atual, a intensidade da medida reflete um perfil personalista e combativo do presidente.

“Trump adota uma visão maniqueísta dos negócios, em que, para um lado ganhar, o outro precisa perder. No segundo mandato, ele parece mais disposto a elevar as apostas do que no primeiro”, avalia.

Entre as razões, cita o respaldo político obtido em 2022. “Diferentemente de 2016, ele venceu com a maioria dos votos populares. Mesmo com uma agenda mais radical, não surgiu um projeto de poder alternativo capaz de derrotá-lo. Ele interpreta esse resultado como um aval popular para seguir em frente com medidas drásticas, por mais imprevisíveis que sejam.”

Estratégia brasileira e ganhos políticos

Para Carolina, a reação de Lula tem sido equilibrada, reforçando a defesa da soberania nacional e rejeitando a justificativa estadunidense para aplicação das tarifas. O Brasil, segundo ela, tem buscado simultaneamente canais diplomáticos e cooperação com o setor privado, além de acionar mecanismos multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC).

“Parte da sociedade brasileira que antes ignorava ou descreditava na ingerência dos EUA sobre assuntos internos passou a perceber que esse risco é real. Esse aprendizado político, por si só, é um ganho. Também houve aproximação entre o governo e setores do empresariado, embora não haja garantias de que essa convergência se mantenha até as eleições presidenciais”, pondera.

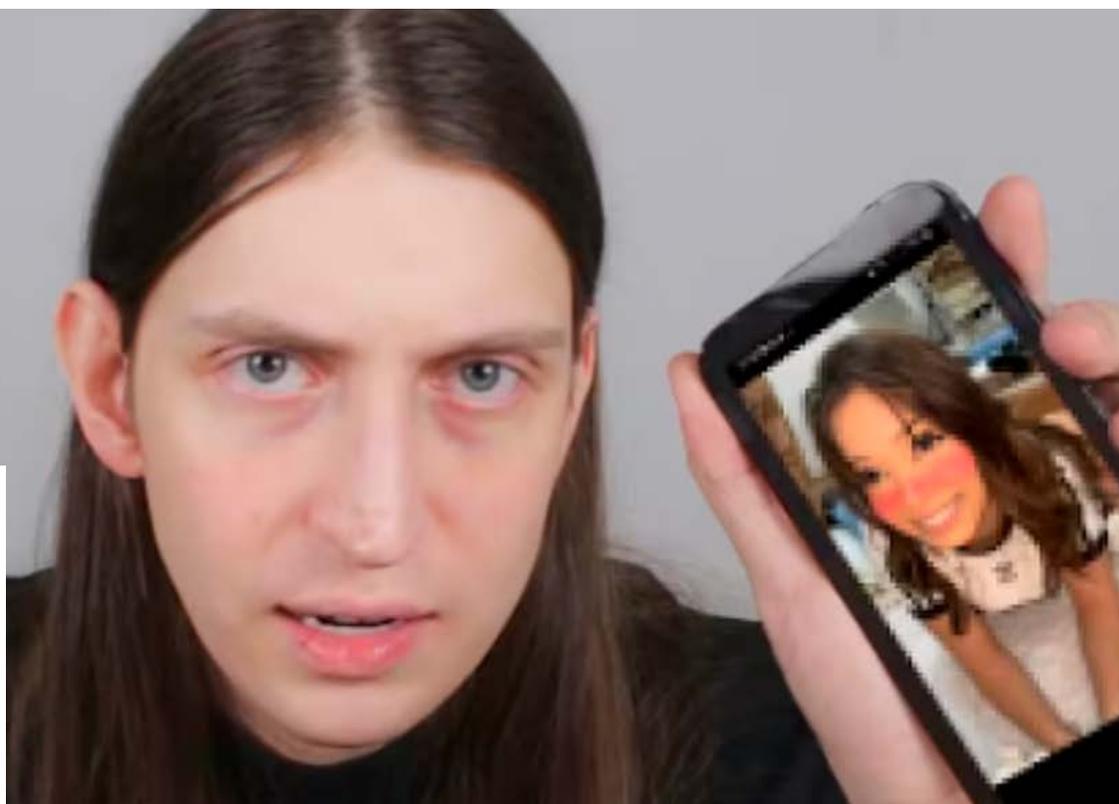
BRICS como alternativa em construção

Em relação a possíveis saídas estratégicas para o Brasil, Carolina afirma que o BRICS ainda não oferece uma resposta plena à hegemonia norte-americana, mas caminha nesse sentido.

“Ainda é mais reativo do que proativo no caso específico do tarifaço, mas reúne economias pujantes que, juntas, superam o G7 em peso econômico. É um arranjo em ascensão e um farol para o futuro do multilateralismo.”

Para a professora, o episódio reforça a necessidade de o Brasil diversificar suas parcerias internacionais e ampliar a cooperação Sul-Sul, não apenas como resposta imediata ao embate com os EUA, mas como estratégia de longo prazo para reduzir vulnerabilidades diante de medidas unilaterais. ■

Vídeo do youtuber Felca denunciando crimes virtuais desencadeou debate sobre responsabilização de plataformas digitais no Brasil



Reprodução YouTube

Lula vai enviar ao Congresso projeto de lei para regulamentar redes sociais

Governo e bancada do PT articulam avanço de projetos para responsabilizar Big Techs e proteger crianças; tema ganhou destaque após vídeo de denúncia do influenciador Felca e foi pauta na última edição de Focus Brasil

Rose Silva

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, anunciou nesta terça-feira, em entrevista à Rádio Alvorada, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviará ao Congresso Nacional um projeto de lei para regulamentar as plataformas digitais. O objetivo é impedir que crianças e adolescentes sejam expostos a riscos como aliciamento, discursos de ódio, pornografia e desafios virtuais que resultam em mortes.

O tema, abordado em reportagem recente da Focus, ganhou destaque nas redes sociais e no

Congresso após viralizar um vídeo do youtuber Felca denunciando o influenciador Hytalo Santos por exploração sexual de menores em conteúdos publicados na internet.

Rui Costa afirmou que as empresas de tecnologia faturam bilhões de dólares no mundo e resistem à fiscalização porque lucram patrocinando, estimulando e viabilizando crimes. “Você não pode, por ter um meio de comunicação na mão, viabilizar a atividade criminosa. O mesmo vale para uma plataforma digital, que não pode estimular o crime, ganhar dinheiro facilitando o crime contra pessoas vulneráveis, como crianças, idosos e adolescentes,

seja crime bancário, seja crime de pedofilia.”

LEIA MAIS + Desafios, pornografia e discurso de ódio: riscos diários para crianças nas redes sociais

Pressão no Congresso

A Bancada do PT na Câmara intensificou a pressão sobre a Mesa Diretora para pautar projetos voltados à proteção da infância e juventude no ambiente digital. Essas propostas se somam à iniciativa do governo federal e buscam endurecer as regras para que plataformas digitais sejam responsabilizadas por conteúdos que expõem crianças e adolescentes a riscos e crimes virtuais. ■

O 8 de Janeiro dos engravatados

“Ou o Brasil encerra esse ciclo de violência política agora, ou a próxima tentativa de golpe será ainda pior”, escreve o deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ), líder do PT na Câmara

Lindbergh Farias

O motim de parlamentares bolsonaristas no plenário da Câmara dos Deputados é simplesmente uma afronta direta à democracia e uma reedição engravatada do golpe tentado em 8 de janeiro de 2023. A direção da Casa não pode contemporizar: é preciso uma punição exemplar, com suspensão dos mandatos por seis meses. Do contrário, o episódio servirá de manual para a repetição de futuras investidas contra as instituições.

A ocupação à força da Mesa Diretora, com o uso de expedientes como mordanças e correntes, gritos e ameaças, impedindo a abertura dos trabalhos legislativos, não tinha outro objetivo além de chantagear o Congresso para votar a anistia aos criminosos de 8 de janeiro, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro, cuja condenação por tentativa de golpe se aproxima.

Durante mais de 30 horas, os bolsonaristas espalharam o terror e transformaram a Câmara em palco para desafiar as instituições. Não se trata de mero protesto político, mas de um crime tipificado no Código Penal: “tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos Poderes constitucionais” (Art. 359-L). Pena de quatro a oito anos de reclusão. No Brasil, os golpistas estão achando que têm passe livre para atacar a democracia sem consequências.



José Cruz/Agência Brasil

Na segunda-feira 11/08 entrei com representação na Procuradoria-Geral da República (PGR) contra os amotinados bolsonaristas. O pedido é para que seja instaurado inquérito criminal contra eles por tomar de assalto e sequestrar, de forma ilícita e coordenada, o Plenário da Câmara dos Deputados.

Se em 8 de janeiro de 2023 os extremistas invadiram o Planalto, o STF e o Congresso com pedras e porretes, agora seus representantes no Parlamento tentaram sabotar o próprio Legislativo por dentro. Uma repetição do ataque sistemático às instituições.

É, aliás, o que faz diuturnamente, nos Estados Unidos, o deputado de extrema-direita Eduardo Bolsonaro (PL-SP). Exercendo o papel de traidor da pátria, ele se aliou a uma potência estrangeira para atacar as instituições brasileiras, como o Supremo Tribunal Federal, a fim de tentar livrar seu pai da quase certa condenação por tentativa de golpe de Estado.

E, aqui, seus correligionários também agem para blindar os golpistas. A estratégia é clara: deslegitimar o Judiciário, intimidar o Congresso e criar um clima de caos institucional. Hipocritamente, usaram adesivos na boca, gritos e faixas para encenar uma suposta “censura”. Mas quem se-

questrou o Plenário, impediu a fala de outros deputados e violou o regimento interno foram justamente eles. Fizeram pura chantagem política.

Insistem em pautar o PL da Anistia para os golpistas. Isso é inconcebível. Votar a anistia hoje significa transformar o Brasil em colônia, tendo em vista o fato de que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ameaça e exige a votação da matéria para salvar seus aliados locais de extrema-direita. Seria uma desmoralização gigantesca do Brasil, com o patrocínio dos bolsonaristas, que defendem o Brasil como colônia e agem como serviçais de Trump. Ignoram, servilmente, que somos um país independente.

A decisão da Mesa Diretora, no dia 8, de enviar a lista com o nome dos 14 parlamentares bolsonaristas primeiro para a Corregedoria da Câmara, para somente depois ser encaminhada ao Conselho de Ética, poderia criar um clima de impunidade. Deu uma sensação de que tudo pode acabar em pizza. Mas é inaceitável que isso ocorra.

Ou o Brasil encerra esse ciclo de violência política agora, ou a próxima tentativa de golpe será ainda pior. É hora de punir, não de passar pano para golpista. ■

Deputado federal (PT-RJ) e líder da bancada do PT na Câmara dos Deputados



Reprodução Al Jazeera

Ataques a jornalistas em Gaza agravam crise humanitária; mundo começa a reagir

Exército de Israel admite ter alvejado correspondente da Al Jazeera; ONU condena ação e alerta para risco extremo a mais de 300 mil crianças em Gaza

Por Fernanda Otero*

O exército israelense confirmou ter deliberadamente alvejado o correspondente da Al Jazeera Anas al-Sharif, acusando-o de liderar “uma célula terrorista do Hamas”, alegações que tanto o jornalista quanto a rede de comunicação já haviam negado veementemente.

Segundo autoridades hospitalares, as forças israelenses mataram o repórter da Al Jazeera e outras sete pessoas em um bombardeio preciso ocorrido no

domingo nas proximidades do complexo hospitalar Al-Shifa, em Gaza.

O ataque tirou a vida de al-Sharif, do também jornalista da Al Jazeera Mohamed Qureiqa e de três cinegrafistas que se abrigavam próximo à emergência do hospital, setor que foi danificado durante a ação. Outras três vítimas fatais foram registradas no mesmo ataque.

Em nota oficial, as Forças de Defesa de Israel (IDF) admitiram ter al-Sharif como alvo, sustentando que ele era “um comandante do Hamas que se infiltrou no jornalismo”, versão reiteradamente rejeitada pelo profissional

e pela emissora.

Como justificativa, o IDF divulgou supostos documentos e materiais de inteligência encontrados em Gaza que, segundo alegam, comprovariam os vínculos do jornalista com o grupo militante.

ONU condena ataques

O Secretário-Geral da ONU, António Guterres, condenou a ação. “Estes últimos assassinatos evidenciam os riscos extremos que os jornalistas continuam a enfrentar ao cobrirem o conflito em curso”, declarou a porta-voz da ONU, Stéphane Dujarric, durante briefing à imprensa em Nova York.

“O Secretário-Geral exige uma

investigação independente e imparcial sobre esses recentes homicídios”, acrescentou.

Segundo atualização do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), com base em dados das autoridades de saúde de Gaza, o número de crianças mortas por desnutrição no território desde outubro de 2023 já ultrapassou 100.

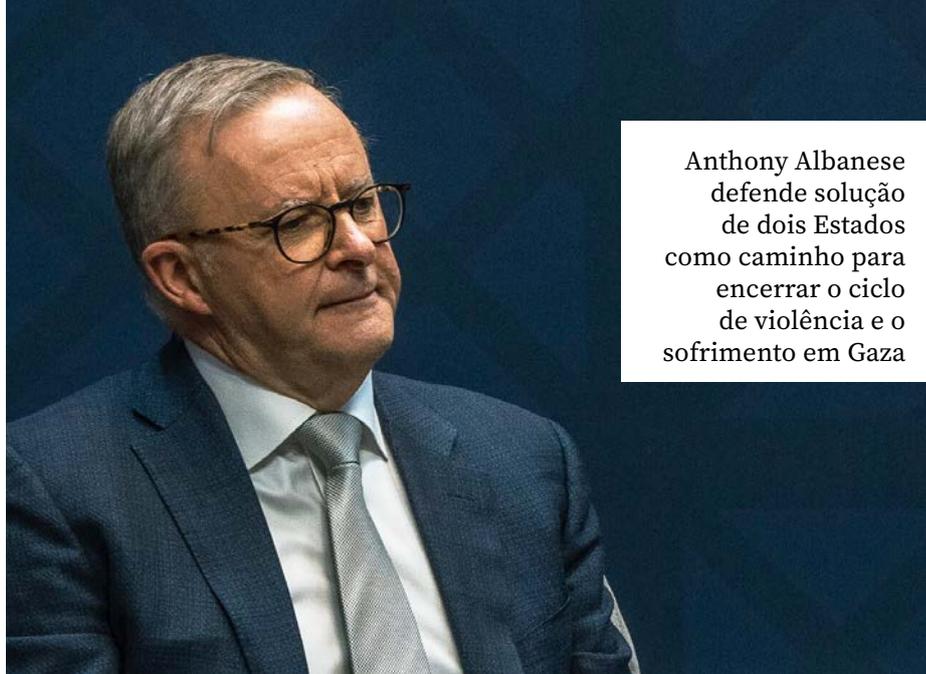
O Programa Mundial de Alimentos da ONU (WFP) aponta que mais de um terço da população passa dias inteiros sem se alimentar. O quadro é agravado pelo aumento vertiginoso de casos de desnutrição aguda, colocando mais de 300 mil crianças em risco extremo.

O alerta coincide com o recente relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) de que apenas 1,5% das terras cultiváveis em Gaza permanecem acessíveis e intactas - situação que, segundo a agência, “sinaliza um colapso quase total da produção local de alimentos”.

Brasil condena ataque e cobra segurança para jornalistas

O governo brasileiro divulgou nota condenando a morte de seis jornalistas da Al Jazeera em ataque aéreo israelense contra uma tenda próxima ao hospital Al-Shifa, em Gaza. No comunicado, o Itamaraty classificou a ação como flagrante violação ao direito internacional humanitário e à liberdade de imprensa, elevando para mais de 240 o número de profissionais mortos desde o início do conflito. O Brasil também instou Israel a garantir segurança aos jornalistas e a suspender restrições à entrada de profissionais da imprensa internacional no território. ■

Com informações da ONU e da Euronews



Anthony Albanese defende solução de dois Estados como caminho para encerrar o ciclo de violência e o sofrimento em Gaza

Wikimedia Commons

Austrália reconhecerá Estado palestino na ONU em setembro, anunciou primeiro-ministro

Anthony Albanese anuncia que país seguirá passos de Reino Unido, França e Canadá, condicionando reconhecimento a compromissos da Autoridade Palestina

Fernanda Otero*

O primeiro-ministro da Austrália, Anthony Albanese, anunciou que o país reconhecerá o Estado palestino na Assembleia Geral da ONU em setembro, seguindo medidas semelhantes já adotadas por Reino Unido, França e Canadá.

Segundo Albanese, a decisão vem acompanhada de compromissos assumidos pela Autoridade Palestina (AP), incluindo a desmilitarização, a realização de eleições gerais e o reconhecimento contínuo do direito de Israel de existir. “A Austrália apoia a existência de Israel desde 1947, quando seu chanceler Evatt liderou o comitê da ONU que propôs a

solução de dois Estados”, afirmou.

Para o premiê, uma solução de dois Estados é “a melhor esperança da humanidade para romper o ciclo de violência no Oriente Médio e pôr fim ao conflito, ao sofrimento e à fome em Gaza”. A declaração foi feita em coletiva de imprensa em Canberra.

O anúncio ocorreu poucos dias após centenas de milhares de australianos marcharem pela Ponte do Porto de Sydney em protesto contra a guerra de Israel na Faixa de Gaza.

Falando à Australian Broadcasting Corporation (ABC) um dia após o protesto, a ministra das Relações Exteriores da Austrália, Penny Wong, alertou para a urgência do tema. “Há o risco de que não reste nenhuma Palestina para reconhecer”, disse. ■

Com informações da Al Jazeera e BBC



10 /08/ 2000

Margaridas saem em marcha por justiça

Mais de 20 mil mulheres do campo realizam em Brasília a primeira edição da Marcha das Margaridas, movimento de luta por igualdade de gênero, combate à fome e à violência. Outras marchas aconteceriam em 2003, 2007 e 2011. Desde então, são realizadas anualmente.

A manifestação recebeu esse nome em homenagem a Margarida Alves, símbolo da luta da mulher pela terra, por justiça e pela igualdade. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB) durante 12 anos, Margarida foi assassinada em 12 de agosto de 1983 por um pistoleiro, a mando de usineiros da região. O crime ocorreu na porta de sua casa, na frente de seu marido e filho.

A Marcha das Margaridas é coordenada pelo Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, composto pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), 27 federações estaduais e mais de 4 mil sindicatos. O ato tem apoio da Articulação de Mulheres Brasileiras, da Marcha Mundial de Mulheres e da Central Única dos Trabalhadores.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br

10 /08/ 1967

UNE mostra a cara e desafia o regime

É realizado na clandestinidade o 29º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Valinhos, interior de São Paulo. Luís Travassos é eleito presidente da entidade. O encontro foi encerrado com um comício-relâmpago na Praça da Sé, no centro da capital paulista.

Em breve discurso, Travassos disse que os universitários estavam de parabéns: tinham conseguido eleger a nova diretoria da UNE, discutir com os estudantes brasileiros a Carta Política da entidade e realizar um ato público de encerramento do congresso. O comício na Sé foi um desafio da UNE à sua proibição pela ditadura.

08 E 09 /08/ 1981

1º Encontro Nacional do PT

O 1º Encontro Nacional do PT foi realizado entre os dias 08 e 09 de agosto de 1981, na Assembleia Legislativa de São Paulo – SP.

O encontro aprova que o PT deve lutar por eleições livres e diretas e define o lançamento de candidaturas do Partido em todos os níveis nas eleições de 1982, correndo em faixa própria e preservando sua independência política. São aprovadas ainda cinco resoluções sobre o Regimento Interno (regulamentando Núcleos e Encontros), resolução sobre a luta

contra o desemprego e uma moção sobre a crise da Previdência Social.

Na resolução sobre o desemprego o partido assume como sua bandeira central, a luta contra o desemprego, conclamando os trabalhadores do campo e da cidade a empunhá-la e, chama uma reunião de articulação dos sindicalistas petistas e independentes para preparar uma intervenção unificada na CONCLAT (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras).



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO *que transforma*

-  @fpabramo
-  @fpabramo
-  Fundação Perseu Abramo
-  (11) 5571-2609
-  fpabramo.org.br
-  teoriaedebate.org.br
-  fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE
FORMAÇÃO
ESCOLA
NACIONAL DE
FORMAÇÃO

NAPPs

NOPPE
Núcleo de Estudos em Políticas da Escrita



Centro de
Documentação e
Memória Política
Serviço Brasileiro
de Informação